

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

BRUNA ROHR REISDOERFER

SEGURANÇA NA EUROPA:
as implicações da Entente Frugale para a polarização regional

Porto Alegre

2015

BRUNA ROHR REISDOERFER

**SEGURANÇA NA EUROPA:
as implicações da Entente Frugale para a polarização regional**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharela em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr^o Marco Aurélio Chaves Cepik

Porto Alegre

2015

CIP - Catalogação na Publicação

Reisdoerfer, Bruna Rohr
Segurança na Europa: as implicações da Entente
Frugale para a polarização regional / Bruna Rohr
Reisdoerfer. -- 2015.
83 f.

Orientador: Marco Aurélio Chaves Cepik.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Segurança na Europa. 2. Entente Frugale. 3.
Polarização Regional. I. Cepik, Marco Aurélio Chaves,
orient. II. Título.

BRUNA ROHR REISDOERFER

**SEGURANÇA NA EUROPA:
as implicações da Entente Frugale para a polarização regional**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharela em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 08 de dezembro de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik - Orientador
UFRGS

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins
UFRGS

Prof. Dr. Luiz Dario Teixeira Ribeiro
UFRGS

À Hedi Reisdorfer (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, Waldir Reisdorfer que me proporcionou a grandeza do mundo ao acreditar mais nos meus sonhos do que eu mesma.

À minha mãe, Lisete Rohr, exemplo de mulher, que me ensinou o verdadeiro significado da palavra garra e assim me deu as ferramentas necessárias para alcançar os meus objetivos. Vocês dois são o motivo da minha trajetória. Obrigada por me proporcionarem as condições para que o sonho da graduação fosse alcançado.

Às famílias Rohr e Reisdorfer que me proporcionam o porto seguro para onde voltar.

Ao Alexandre Edinger pelo companheirismo, amadurecimento, por cuidar de mim e pelos bons momentos.

Às amigas Amanda Fontanelli, Caroline Assis, Gabriela Zwirtes e Josiane Sarti pela amizade, pelo amadurecimento, pelas angústias, dúvidas, alegrias e sonhos compartilhados. Com certeza vocês tornaram a minha graduação mais completa.

Ao meu professor orientador Marco Cepik, por ter me acolhido em seu grupo de pesquisa no ano de 2015, pelo apoio e pelas lições acadêmicas.

Aos colegas da equipe Cepik, especialmente ao Frederico Licks Bertol, pelo auxílio, pelo apoio, pelo coleguismo e por terem acreditado no meu trabalho.

Ao professor José Miguel pelo forte incentivo, pela tutoria, pelos livros e pelas lições de vida quando eu ainda era uma “Jovem Talento”.

Aos colegas da equipe Zé por terem auxiliado a me tornar uma “Talento Destaque”.

À República Federativa do Brasil, aos professores da UFRGS, ao CNPq e à CAPES através das Bolsas de Iniciação Científica por me proporcionarem um ensino de excelência e por me tornarem um ser humano melhor. Que eu possa retribuir à sociedade brasileira os inúmeros aprendizados acadêmicos e lições de vida.

*Era uma vez uma menina
que tinha o mundo em suas mãos.*

(Bruna R. Reisdorfer)

RESUMO

O foco central da pesquisa reside na análise da aproximação securitária e de defesa pós-Crise de 2008 entre França e Reino Unido, especificamente no padrão de alinhamento resultante deste processo: os Acordos de Lancaster, enquadrados pela literatura como Entente Frugale. O objetivo geral é desenvolver uma análise de seus condicionantes, de sua atual configuração e de seus impactos para a região. Através da análise de conteúdo e da revisão bibliográfica estuda-se os condicionantes para a cooperação securitária entre França e Reino Unido; a evolução recente na cooperação securitária europeia; a convergência dos interesses em segurança e defesa entre Alemanha, França e Reino Unido e a evolução da presença militar americana no continente. O argumento central é que a Entente Frugale não se configura como consequência de uma alta polarização securitária e de defesa na Europa, nem representa um arranjo securitário bilateral em detrimento de um regional que incluiria a Alemanha. Isso se deve principalmente ao papel de elo e de motor da integração em segurança e defesa exercido pela França. A tentativa de construção da Estrutura Ghent (um mês após a formação da Entente Frugale), a Conferência para Compartilhamento e Uso Conjunto de Armamentos (em 2011 durante as operações na Líbia que necessitaram de auxílio americano) e a tentativa de fusão das empresas BAE Systems e EADS são exemplos que demonstram que a Entente Frugale pode servir de impulsora para a construção de um arranjo securitário regional.

Palavras-chave: Segurança na Europa. Entente Frugale. Polarização regional. Alemanha. França. Reino Unido.

ABSTRACT

The research aims to analyze the security and defense approximation post 2008 Crisis between French and United Kingdom, specifically the resulting alignment pattern of this process: the Lancaster agreements, framed by the literature as Entente Frugale. The main objective is to develop an analysis of its conditions, its current configuration and its impacts for the region. Through content analysis and literature review, this research has studied the conditions for security cooperation between France and the United Kingdom; the recent developments in European security cooperation; the convergence of interests in security and defense between Germany, France and United Kingdom and the evolution of American military presence on the continent. The central argument is that the Entente Frugale is not consequence of a high security and defense polarization in Europe, neither a bilateral security-arrangement rather than a regional approach that would include Germany. This is mainly due to the role of link and integration engine exercised by France. The attempt to build the Ghent structure (one month after the formation of the Entente Frugale), the Conference on Pooling & Sharing in military capabilities (in 2011 during operations in Libya which needed American aid) and the attempt to merger BAE Systems and EADS are examples which show that Entente Frugale can serve as a propellant for the construction of a security regional arrangement.

Keywords: European Security. Entente Frugale. Regional polarization. Germany. France. United Kingdom.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Militares Americanos no Comando Europeu 1950-1955 em milhares.....	16
Gráfico 2 - Militares Americanos no Comando Europeu 1958-1963 em milhares.....	17
Gráfico 3 - Militares Americanos no Comando Europeu 1968-1988 em milhares.....	19
Gráfico 4 - Militares Americanos no Comando Europeu 1989-2000 em milhares.....	21
Gráfico 5 - Militares Americanos no Comando Europeu (exceto Turquia) 2002-2015 em milhares...	22

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 POLARIDADE NO SÉCULO XXI: EFEITOS NA COOPERAÇÃO SECURITÁRIA EUROPEIA	14
2.1 ARQUITETURA DE SEGURANÇA EUROPEIA DURANTE A GUERRA FRIA	15
2.2 MARCO ESTRUTURAL: A MUDANÇA DE POLARIDADE E OS IMPACTOS NA SEGURANÇA EUROPEIA	20
2.2.1 Ponto de Inflexão: a dissolução da Iugoslávia	24
2.2.2 Ponto de Inflexão: Guerra ao terror	31
2.2.3 Ponto de Inflexão: Crise Econômica de 2008	35
2.3 CONCLUSÃO PARCIAL	37
3 COOPERAÇÃO EM SEGURANÇA E DEFESA NA EUROPA: A ENTENTE FRUGALE.....	39
3.1 OS INTERESSES ESTRATÉGICOS DE ALEMANHA, FRANÇA E REINO UNIDO	39
3.1.1 Política de Segurança e Defesa Britânica	40
3.1.2 Política de Segurança e Defesa Francesa.....	41
3.1.3 Política de Segurança e Defesa Alemã	43
3.2 A ENTENTE FRUGALE.....	45
3.2.1 Acordos de Lancaster 2010.....	46
3.3 A ENTENTE FRUGALE NA EVOLUÇÃO DA ARQUITETURA DE SEGURANÇA E DEFESA EUROPEIA	49
3.3.1 A Entente Frugale na Guerra da Líbia	50
3.3.2 A Entente Frugale na Guerra da Síria e contra o Estado Islâmico	52
3.3.3 Declaração Franco-Britânica em Segurança e Defesa 2012 e Exercício Militar Franco-Britânico Corsican Lion	55
3.3.4 Tentativa de fusão BAE Systems e EADS.....	57
3.3.5 A Entente Frugale na Guerra do Mali	58
3.3.6 A Entente Frugale na Crise da Ucrânia.....	60
3.3.7 Encontro de RAF Brize Norton e Acordos de Farnborough Air Show	62
3.4 CONCLUSÃO PARCIAL	64
4 CONCLUSÃO.....	66
5 REFERÊNCIAS.....	71

1 INTRODUÇÃO

O foco central da pesquisa reside na análise da aproximação securitária e de defesa pós-Crise de 2008 entre França e Reino Unido, especificamente no padrão de alinhamento resultante deste processo: os Acordos de Lancaster, enquadrados pela literatura como Entente Frugale. O objetivo geral é desenvolver uma análise de seus condicionantes, de sua atual configuração e de seus impactos para a região.

Entente Frugale é o nome informal dado a um conjunto de acordos firmados entre França e Reino Unido em 2010 que selam a cooperação militar e nuclear entre ambos. Eles determinam o desenvolvimento conjunto de capacidades nucleares e de projeção (porta-aviões), bem como de sistemas de comando, controle, comunicações, vigilância e reconhecimento. Por determinarem a cooperação em capacidades essenciais para a soberania, para a capacidade de projeção e de ação autônoma dos países, pode-se afirmar que França e Reino Unido estão aproximando suas estratégias nacionais. A aliança militar é composta por dois tratados fundadores (Tratado de Cooperação em Segurança e Defesa e Tratado de Facilidades Radiográficas e Hidrodinâmicas Conjuntas (os Acordos de Lancaster)) e uma declaração conjunta (Declaração de Cooperação em Defesa e Segurança). Ela é intensificada por outra declaração e acordo (Encontro de RAF Brize Norton e Acordos em Farnborough Air Show) (UNITED KINGDOM, 2014a-2014b). A Entente Frugale possui duas dimensões: a jurídica e a concreta. Isto é, o que se acordou oficialmente nos documentos e o que aconteceu na realidade (valor dos contratos no setor de defesa, exercícios conjuntos, posição em conflitos recentes...). Trataremos das duas esferas neste trabalho.

Devido à importância estratégica da aproximação bilateral, levantam-se inúmeros questionamentos referentes aos motivos e aos impactos desta aproximação para o pilar de segurança europeu e para a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Portanto, a pergunta que norteia a pesquisa é: como a formação da Entente Frugale impacta a polarização na Europa? Trabalhou-se com duas hipóteses:

- a) a formação da Entente Frugale significa um arranjo securitário bilateral em detrimento de um regional que incluiria a Alemanha e
- b) a Entente Frugale significa um arranjo securitário bilateral que pode servir de impulsor para um arranjo securitário regional.

O argumento central do trabalho é que não há alta polarização na Europa no que se refere a segurança e defesa entre Alemanha, França e Reino Unido. Isso se deve

principalmente ao papel de elo e de motor da integração nesta área exercido pela França. Ademais, os três países possuem relativa convergência na determinação das ameaças e das áreas geográficas essenciais para a segurança nacional. A maior diferença está no engajamento e na forma como buscam alcançar os seus interesses. Todavia, a postura francesa ameniza tais diferenças. Portanto, há o interesse francês na Entente Frugale de trazer o Reino Unido para o seu projeto europeu. Assim, a Entente Frugale não se configura como consequência de uma alta polarização securitária e de defesa na Europa, nem representa um arranjo securitário bilateral em detrimento de um regional que incluiria a Alemanha. A tentativa de construção da Estrutura Ghent (um mês após a formação da Entente Frugale), da Conferência para Compartilhamento e Uso Conjunto de Armamentos (em 2011 durante as operações na Líbia que necessitaram de ajuda americana) e da tentativa de fusão das empresas BAE Systems e EADS são exemplos que demonstram que a Entente Frugale pode servir de impulsora para a construção de um arranjo securitário regional. A cooperação europeia permanece reativa às ações americanas e se desenvolve em áreas não prioritárias à OTAN, como operações civis de treinamento policial e missões militares de ajuda humanitária e controle de crises. Pode-se concluir então, que as dinâmicas securitárias autônomas da Europa são inversamente proporcionais a presença americana no continente e ao engajamento americano em prover a segurança europeia.

Não há consenso nas Relações Internacionais sobre a definição do termo polarização. Sabe-se que sua origem remonta à Ciência Política e expressa a divergência de atitudes políticas em extremos ideológicos. Assim, adota-se neste trabalho a definição de Esteban e Schneider (2008, p.133): “[...] entendemos por polarização a extensão em que a população está agrupada em torno de um pequeno número de polos distantes”¹. Isto é, a polarização expressa quanto os atores políticos se distanciam em termos de identidade de grupo. Portanto, polarização diz respeito a padrões coletivos de interação entre os Estados, isto é, alianças, acordos, aproximação estratégica, padrão de alinhamento. Polarização não diz respeito a concentração de capacidades, nem indica nível de conflito.

O principal modelo de análise que foi seguido é o do realismo estrutural, que tem como um de seus principais teóricos Kenneth Waltz. Segundo Waltz, o Sistema Internacional tem como seu princípio ordenador a anarquia, a qual influencia o comportamento dos Estados, levando-os ao fim último da segurança. Isso porque a sobrevivência seria pré-requisito para alcançar outros objetivos. Dessa forma, Waltz desenvolve um modelo de análise de dois

¹ Do original em inglês: “[...] we mean by polarization the extent to which the population is clustered around a small number of distant poles”.

níveis: o nível da estrutura (o Sistema Internacional com seu princípio ordenador e suas configurações de polaridade) e o nível das unidades (os Estados) (WALTZ, 2002, p. 115). Por polaridade adota-se também a definição de Waltz, que a classifica como a distribuição das capacidades entre as unidades, ou seja, a quantidade de recursos de poder que os Estados possuem. A polaridade, juntamente com o princípio ordenador (que no sistema atual é a anarquia) e o caráter das unidades compõem a estrutura do Sistema Internacional (WALTZ, 2002, p. 142).

A separação em níveis de análise nos permite distinguir as dinâmicas que impactam na estrutura do sistema das dinâmicas que impactam somente nas relações entre os Estados, ou seja, a nível das unidades. Portanto, a análise da polarização não deve estar no nível da estrutura e sim no nível das unidades. Existem inúmeras discussões acerca da relação de como a polaridade impacta na polarização (WALTZ, 2000; DEUSTCH; SINGER, 1964; GARZON, 2015). Todavia, o foco central deste trabalho não é a análise de como a atual estrutura do Sistema Internacional constrange as ações, alianças e acordos na Europa e do continente com o mundo, tampouco o futuro do bloco europeu em suas esferas política, econômica e social. Também não se pretende desenvolver uma avaliação qualitativa do pilar de segurança e defesa europeu.

O que se pretendeu foi analisar a interação securitária e de defesa entre Alemanha, França e Reino Unido. Ou seja, o foco deste trabalho está no nível das unidades. Partimos da análise da evolução institucional de segurança e defesa na Europa para verificar se a aliança militar entre França e Reino Unido aumenta ou diminui a distância em termos de identidade de grupo entre os três países. Optou-se por focar o estudo nestes atores por entendermos que eles são centrais na dinâmica europeia por seu peso político, militar e econômico (WALTZ, 1993). Assim, os objetivos específicos do trabalho são: elencar os condicionantes para a cooperação securitária entre França e Reino Unido; mapear a evolução recente na cooperação securitária europeia; verificar se há convergência dos interesses em segurança e defesa entre Alemanha, França e Reino Unido e mapear a evolução da presença militar americana no continente.

Utilizamos as seguintes premissas realistas:

- a) a estrutura do Sistema Internacional impacta as ações estatais;
- a) no pós Guerra-fria há uma mudança na estrutura do Sistema Internacional;
- b) essa mudança estrutural impacta nas interações regionais;
- c) a atual distribuição de poder no Sistema Internacional fortalece pressões internas na agenda securitária dos países europeus e

d) a formação da Entente Frugale é um padrão de alinhamento derivado da atual distribuição de poder no Sistema Internacional.

Utiliza-se neste trabalho o conceito de segurança nacional desenvolvido por Cepik:

Por segurança nacional, entende-se aqui uma condição relativa de proteção coletiva e individual dos membros de uma sociedade contra ameaças plausíveis à sua sobrevivência e autonomia. Nesse sentido, o termo refere-se a uma dimensão vital da existência no contexto moderno de sociedades complexas, delimitadas por estados nacionais de base territorial. No limite, estar seguro nesse contexto significa viver num Estado que é capaz de neutralizar ameaças vitais através da negociação, da obtenção de informações sobre capacidades e intenções, do uso de medidas extraordinárias e do leque de opções relativas ao emprego de meios de força. A dupla face dessas ameaças, interna e externa, implica algum grau de complementaridade e de integração entre as políticas externa, de defesa e de provimento da ordem pública. A segurança nacional, como uma condição relativamente desejável a ser obtida através dessas políticas públicas, fornece a principal justificativa para o exercício da soberania e o monopólio estatal do uso legítimo de meios de força (CEPIK, 2001, p. 3).

Decorre daí que defesa significa o conjunto de ações de planejamento militar que visa garantir a segurança nacional (PROENÇA JÚNIOR; DINIZ, [2000]). Ou seja, a defesa representaria a política pública focada nas ameaças externas que serve de instrumento para a garantia da segurança nacional.

O principal referencial metodológico do trabalho é a Análise de Conteúdo. Ela foi utilizada como método qualitativo juntamente com a revisão bibliográfica. Segundo Bardin, a análise de conteúdo é “um conjunto de técnicas de análise de comunicações” (BARDIN, 2002, p.23). Ele é composto pela abordagem da mensagem manifesta e latente, relacionando-a a uma análise objetiva ou subjetiva. A primeira tem como foco o que foi dito e não busca significados ocultos. Já a segunda busca conteúdos implícitos nas comunicações (MORAES, 1999, p. 10). As duas abordagens foram utilizadas. O trabalho se focou na análise de conteúdo de documentos oficiais (doutrina, notas, tratados) e de discursos para ver a posição oficial dos países analisados, bem como da União Europeia. Foi desenvolvida também a leitura de fontes não oficiais (jornais, opinião de especialistas, blogs, entrevistas) para determinar se a doutrina declarada tem paridade com a ação efetiva dos Estados.

Estudar as dinâmicas de segurança e defesa europeia é importante porque o processo de integração europeu é o mais profundo em termos de escopo no mundo e serviu de base para a criação do Mercosul (BECKER, 2002). Entender as suas dinâmicas no pilar em que a integração ainda é intergovernamental torna-se imperativo para traçar possíveis paralelos com outros movimentos de integração regional - especialmente o Mercosul e a UNASUL,

elencados pelo Brasil como estratégicos para a segurança nacional (BRASIL, 2012, p. 34). Ademais, a Europa permanece sendo arena central na dinâmica das Grandes Potências (BRZEZINSKI, 2000) e teóricos têm debatido acerca do impacto da intensificação da cooperação autônoma em defesa entre Alemanha, França e Reino Unido para a distribuição de poder mundial (WALTZ, 2000, p. 28; BRZEZINSKI, 2000, p. 18). Por fim, cabe ressaltar que França e Reino Unido possuem grande presença no Atlântico Sul e na América do Sul (entorno estratégico brasileiro (BRASIL, 2012)). Assim, torna-se imperativo entender as estratégias nacionais por trás do pilar de defesa europeu. Esse esforço auxilia a compreensão brasileira acerca das dinâmicas europeias, contribuindo para o desenvolvimento da Estratégia Nacional de Defesa, bem como para a definição da Política Externa Brasileira para a Europa.

Além desta introdução, o trabalho conta com dois capítulos e uma conclusão. O capítulo um visa elencar os condicionantes para a cooperação bilateral em segurança e defesa entre França e Reino Unido em 2010. Ele descreve a evolução recente na cooperação securitária europeia, dando ênfase às respostas do bloco à mudança na estrutura do Sistema Internacional e demonstrando as dinâmicas securitárias regionais que propiciaram a aproximação entre França e Reino Unido. O capítulo dois descreve a Entente Frugale, bem como a situa na evolução da cooperação em segurança e defesa europeia. Dessa forma, será possível analisar o âmbito jurídico e o concreto da aliança militar. Para tanto, parte-se da interpretação das políticas de segurança e defesa de Alemanha, França e Reino Unido para verificar se há convergência de interesses entre os três países e como suas doutrinas declaratórias moldam a cooperação. Ademais, estudou-se a posição dos três atores na Guerra da Líbia, da Síria e contra o Estado Islâmico, na Guerra do Mali e na Crise da Ucrânia. Esses quatro pontos nos ajudam a verificar a consistência da aliança franco-britânica e o que dizem sobre a polarização regional. Por fim, segue-se a conclusão.

2 POLARIDADE NO SÉCULO XXI: EFEITOS NA COOPERAÇÃO SECURITÁRIA EUROPEIA

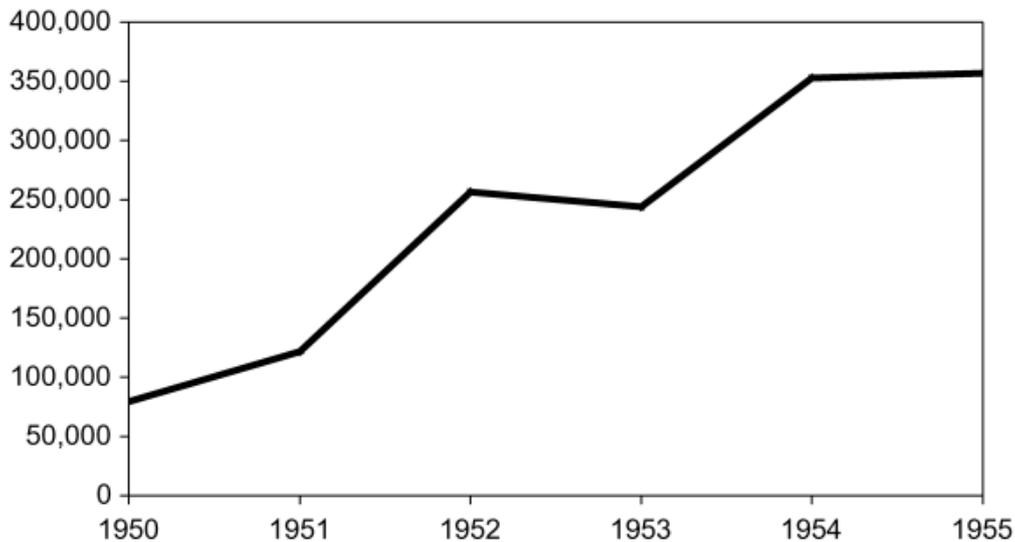
Este capítulo visa elencar os condicionantes para a cooperação bilateral em segurança e defesa entre França e Reino Unido em 2010. Para tanto, considera-se que a mudança estrutural do Sistema Internacional pós-Guerra Fria teve impactos diretos na polarização do continente europeu. De forma sintética, o fim do polo constituído pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a reunificação alemã e a diminuição da presença militar americana no continente europeu pressionaram a região por maior autonomia para lidar com os seus problemas securitários. Isso serviu de condicionante para o aumento das instituições de segurança e defesa na Europa. Ademais, há outros três pontos de inflexão na evolução da cooperação securitária europeia até 2010 que nos ajudam a entender a formação da Entente Frugale: a dissolução da Iugoslávia; a política da Guerra ao Terror americana e a Crise Econômica de 2008. Assim, esse capítulo descreve a evolução recente na cooperação securitária europeia, dando ênfase às respostas europeias à mudança na estrutura do Sistema Internacional e demonstrando as dinâmicas securitárias regionais que propiciaram a aproximação entre França e Reino Unido.

2.1 ARQUITETURA DE SEGURANÇA EUROPEIA DURANTE A GUERRA FRIA

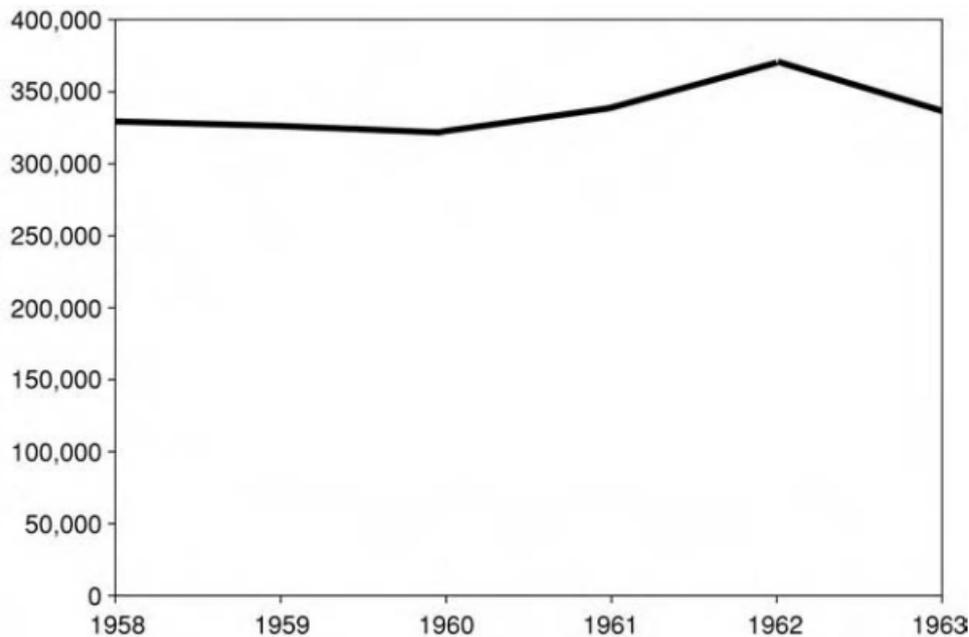
Logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, os países europeus estavam com sua capacidade econômica produtiva e com seu poderio militar fortemente afetado pelos resultados da guerra. Emerge, então, uma estrutura bipolar no Sistema Internacional. Este sistema era configurado por duas superpotências, com capacidade militar e econômica superiores aos demais países. Assim, o objetivo securitário fundamental destes dois Estados era manter os seus recursos de poder e impedir que o outro aumentasse os dele (WALTZ, 2000). O mundo estava dividido em áreas de influência. Dessa forma, o aumento da presença de uma superpotência no mundo se dava em detrimento da outra. Portanto, países secundários poderiam esperar que a superpotência viesse socorrê-lo frente a possíveis ameaças securitárias, pois assim era importante estrategicamente para ela (WALTZ, 2000). Nesta configuração, Estados Unidos e URSS eram provedores de segurança nas regiões. Como resultado, havia alta polarização entorno dos objetivos destes países, porque existia um elemento de coesão forte que era o perigo de expansão do capitalismo ou do socialismo. Sob esse contexto, as instituições tinham clara conotação política e visavam servir de mecanismos para as superpotências aumentarem os seus instrumentos de poder ou simplesmente impedir que a outra assim o fizesse (FAWCETT, 2008, p. 6).

Durante a Guerra Fria a Europa era uma das arenas de enfrentamento direto das ideologias capitalista e socialista. Ademais, a Europa encontrava-se frágil social, política, econômica e militarmente devido ao fim do confronto mundial. Por isso, os governantes europeus e americanos temiam uma expansão territorial da URSS e de seus ideais socialistas na sociedade europeia (VISENTINI, 1996, p. 81). A presença militar americana era, pois, vista como provedora de ordem e de segurança, sendo entendida como necessária tanto pelos países europeus quanto pelos Estados Unidos (MEARSHEIMER, 2001, p. 357; JONES, 2007; BUSH, 1989). Dessa forma, houve um aumento de 350% de militares americanos na Europa entre 1950 e 1955. Os Estados Unidos contribuíram com cerca de 8,8 bilhões de dólares para a reconstrução militar europeia (JONES, 2007, p. 68). Assim, em 1955, os americanos contavam com 350 mil militares no seu Comando Europeu (EUCOM). O auge da presença militar americana no continente se deu também no auge da rivalidade da Guerra Fria em 1962, ano em que os americanos possuíam mais de 350 mil militares no EUCOM.

Gráfico 1 - Militares Americanos no Comando Europeu 1950-1955 em milhares.



Fonte: Jones (2007, p. 68).

Gráfico 2 - Militares Americanos no Comando Europeu 1958-1963 em milhares.

Fonte: Jones (2007, p.75).

Dessa forma, a Europa contava com a segurança que a presença militar americana proporcionava, servindo como John Mearsheimer denominou de pacificadora (MEARSHEIMER, 2001, p. 353-354). Ademais, contava também com uma Alemanha (antiga potência revisionista, com alta capacidade militar, econômica e populacional) dividida. Assim, a presença militar americana e a manutenção do território alemão dividido amenizavam o dilema de segurança presente na Europa de uma ameaça expansionista soviética e de uma possível potência alemã revisionista (JONES, 2007, p. 61).

Então, sob uma estrutura internacional de alta polarização entorno das estratégias das superpotências, as iniciativas de cooperação securitárias na Europa durante a Guerra Fria eram voltadas à manutenção da presença americana no continente, subordinando essas iniciativas aos interesses estadunidenses e após a sua criação, à OTAN. Como exemplo, podemos citar a criação da União da Europa Ocidental (UEO) (1948) e a Cooperação Política Europeia (1969-1991). Houve também iniciativas (de liderança francesa) para a criação de instituições de segurança autônomas europeias, entretanto tais iniciativas não lograram sucesso. Isso se deve porque a presença americana dava à população e a alguns governantes a percepção de que estas iniciativas eram desnecessárias e os americanos mais eficientes (JONES, 2007, p. 74, 93-96). Como exemplo, podemos citar a proposta da Comunidade de Segurança Europeia (1952) e o Plano Fouchet (1958-1963).

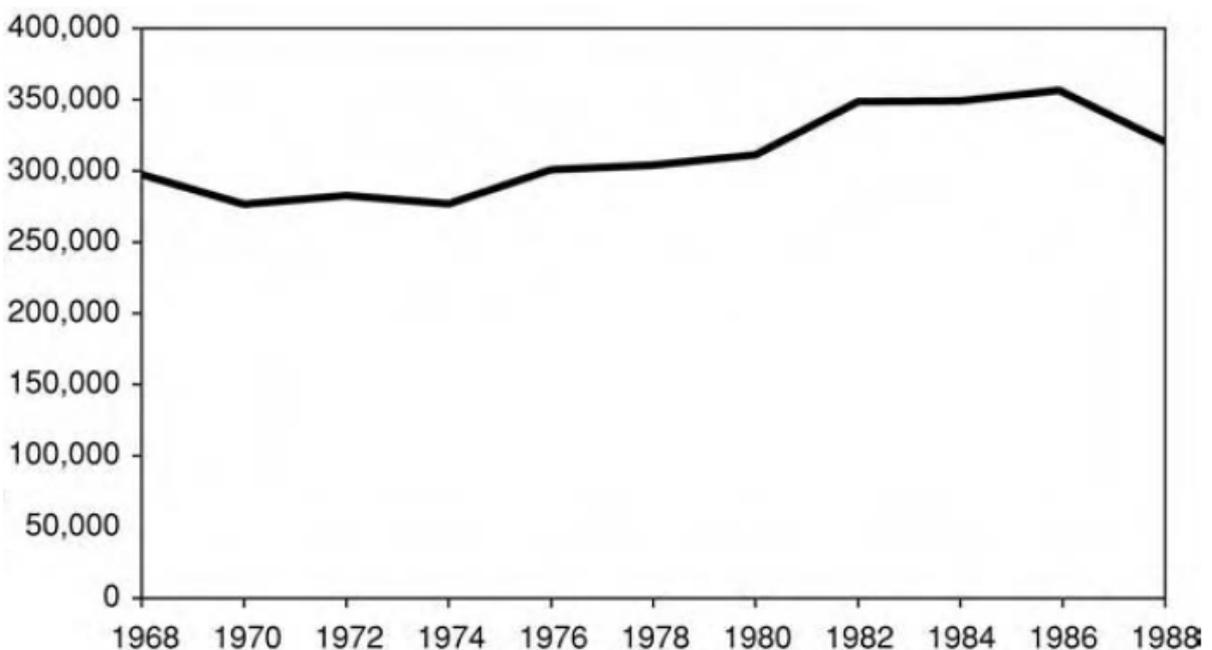
Quadro 1- Evolução da Arquitetura de Segurança e Defesa da Europa (1945 - 1990).

Iniciativa	Ano	Participantes	Resumo das Propostas
Tratado de Colaboração Econômica, Social e Cultural e de Defesa Coletiva (Tratado de Bruxelas)	1948	Bélgica, França, Holanda, Luxemburgo, e Reino Unido	Criação da União da Europa Ocidental (UEO) como resposta ao avanço soviético na Europa Central. Tratado de defesa coletiva. Um plano de defesa comum foi adotado envolvendo a integração da defesa aérea e a organização de um comando conjunto em caso de guerra. Logo seguida, iniciou as negociações para a criação da OTAN.
Tratado do Atlântico Norte	Abril de 1949	Bélgica, Canadá, Estados Unidos, França, Holanda, Luxemburgo e Reino Unido	Criação da OTAN.
Proposta de Comunidade de Segurança Europeia	1950	Alemanha Ocidental, Bélgica, França, Itália, Holanda e Luxemburgo	Alternativa para controlar o rearmamento alemão através de instituições supranacionais. Criar forças armadas conjuntas e comando único. Parlamento francês recusa em 1954. Alemanha é integrada diretamente à OTAN e à UEO.
Plano Fouchet	1958-1963	Comunidade Econômica Europeia (Itália, França, Bélgica, Alemanha Ocidental, Luxemburgo e Holanda)	Iniciativa francesa de criar instituição de segurança europeia autônoma da OTAN e da UEO. Resposta aos desentendimentos com os EUA devido à autonomia do uso das armas nucleares. Houve algumas reuniões para alinhar as políticas externas e de segurança dos países. O plano caiu em descrédito.
Cooperação Política Europeia (EPC).	1969	Países Europeus	Projeto para coordenar as políticas externas dos países europeus. Composto pelo Relatório de Luxemburgo (1970), de Copenhague (1973), de Londres (1981) e do Ato Único Europeu (1986). Era um órgão intergovernamental (a troika) separado da Comunidade Europeia. A EPC possibilitou somente o aumento do intercâmbio de informações entre os países europeus.
Conferência para Segurança e	Agosto 1975	Ocidente e Oriente	Fórum multilateral para diálogo e negociação entre oriente e ocidente.

Iniciativa	Ano	Participantes	Resumo das Propostas
Cooperação na Europa (CSCE)			
Ato Único Europeu	Fevereiro 1986	Países Europeus	Substituiu a troika por um secretariado baseado em Bruxelas.
Conferência de Reykjavik	Outubro 1986	Estados Unidos e URSS	Início do Fim da Guerra Fria. Aproximação histórica entre os países visando tratar acerca da diminuição das tensões derivadas dos programas nucleares de mísseis de alcance médio.
Tratado para Limitação das Forças Nucleares de Alcance Médio	1987	Estados Unidos e URSS	Limitação das forças nucleares de alcance médio.
Plataforma Hague (Plataforma para os interesses securitários europeus)	Outubro de 1987	União da Europa Ocidental	Afirmação da necessidade de construção de uma Europa com capacidades militares mais efetivas. Fortalecer o pilar europeu da OTAN.
Tratado sobre as Forças Armadas Convencionais na Europa	1990	OTAN e Pacto de Varsóvia	Determinavam uma balança militar a níveis mais baixos de armamentos.

Fonte: WEU [2015]; NATO (1949); Jones (2007, p. 65; 73-74; 78-79; 89), OSCE (2015); Kaufmann (2015); Heisbourg (2015, p. 3).

Gráfico 3 - Militares Americanos no Comando Europeu 1968-1988 em milhares.



Fonte: Jones (2007, p. 80).

Chama atenção o fato de que com o esfriamento do confronto entre as duas superpotências, a aproximação do fim da Guerra Fria e o início da redução da presença americana no continente, as iniciativas europeias passaram a ter um aumento de escopo. O final dos anos 1980 trouxe novo fôlego aos debates entorno da cooperação securitária e de defesa europeia de forma mais autônoma. Como exemplo, podemos citar a substituição da Troika por um secretariado permanente, bem como a intensificação do discurso da UEO em busca da unificação efetiva de capacidades militares europeias. Conclui-se, portanto, que as iniciativas de cooperação securitárias e de defesa europeias, durante a Guerra Fria, estavam altamente polarizadas entorno da estratégia ocidental de balancear o poderio soviético. Por isso, estavam diretamente ligadas à estratégia americana e à OTAN, suprimindo tentativas autônomas de cooperação.

2.2 MARCO ESTRUTURAL: A MUDANÇA DE POLARIDADE E OS IMPACTOS NA SEGURANÇA EUROPEIA

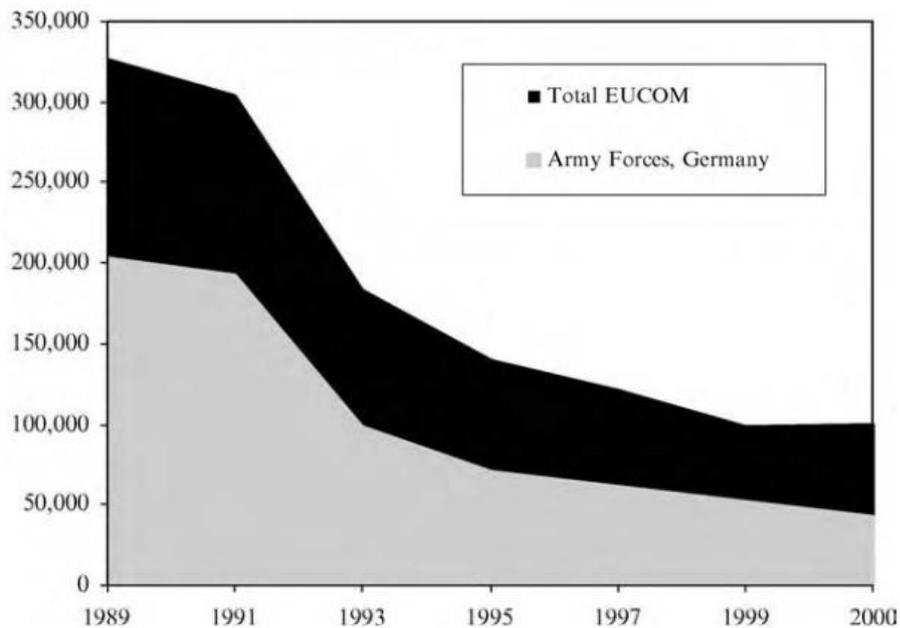
O fim da Guerra Fria e da ordem bipolar alterou o ambiente de segurança na Europa. O fim do bloco soviético diminuiu a polarização no mundo, colocando em questão a arquitetura de segurança herdada do período anterior e criando espaço para iniciativas autônomas de segurança na Europa (JONES, 2007; FAWCETT, 2008, DAALDER, 2000). Isso se deve basicamente por dois motivos: a reunificação alemã e a retirada de militares americanos do continente. Sem o provedor de segurança e com a Alemanha reunificada, emerge na Europa um dilema de segurança. Como resposta, os países centrais europeus intensificam as suas iniciativas de cooperação securitária autônoma (JONES, 2007, p. 81).

A dissolução da URSS marca o fim da ordem bilateral no Sistema Internacional. O fim da ameaça de expansão territorial e ideológica soviética no território europeu rompe o elemento que prendia os Estados Unidos diretamente com a segurança e defesa europeia. Na nova configuração estrutural, não há mais um inimigo claro, as ameaças se tornaram difusas e imprevisíveis. Com o aumento da globalização, há o aumento dos fluxos comerciais, informacionais e de pessoas. O mundo encontra-se mais interligado e uma ameaça em um lugar do mundo pode se transformar em uma ameaça para qualquer país. Dessa forma, na atual polaridade, as novas ameaças passaram a ser guerras civis, nacionalismo étnico, pobreza, narcotráfico e terrorismo (KISTERSKY, 1996). Por isso, as grandes potências não

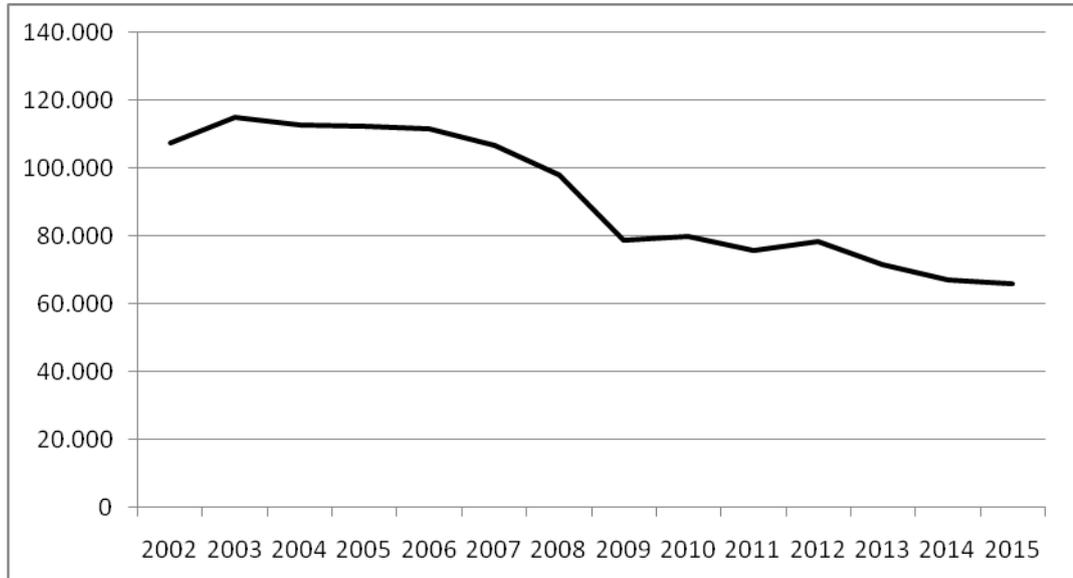
estão mais dispostas a pagarem os custos de manter uma ordem regional e preocupam-se em prover a sua segurança nacional (FAWCETT, 2008, p. 10). Assim, há maior autonomia para as regiões lidarem com os seus problemas de segurança.

O impacto da nova estrutura internacional na Europa se deu principalmente pela retirada de militares americanos do continente e pelo conseqüente movimento de reestruturação das forças armadas europeias (IISS, 2008). A maior queda se deu entre 1991 e 1993. Em 1991, os Estados Unidos contavam com cerca de 326.000 militares na EUCOM e em 1993 este número chegava próximo dos 200.000 (JONES, 2007, p. 88). Esta tendência continuou por toda a década de 1990 e se intensificou nos anos 2000. No ano de 2015, os Estados Unidos contam com 66.121 militares na Europa (IISS, 2015, p. 52-54). Isto representa uma queda de aproximadamente 80% dos efetivos americanos desde 1989.

Gráfico 4 - Militares Americanos no Comando Europeu 1989-2000 em milhares.



Fonte: Jones (2007, p. 88).

Gráfico 5 - Militares Americanos no Comando Europeu (exceto Turquia) 2002-2015 em milhares.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de IISS 2002 -2015.

A reunificação alemã em outubro de 1990 aumentou consideravelmente os recursos de poder do país (ele ficou com a maior população e Produto Interno Bruto da Europa). Isto, aliado ao fato de que algumas vezes na história a Alemanha adotou na Política Internacional postura de contestar a ordem vigente (levando a duas Guerras Mundiais), levou os países europeus a temerem a posição alemã frente à nova configuração de segurança europeia - que também não contava mais com o poderio soviético como possível contendor. Este dilema de segurança foi agravado pela retirada dos militares americanos que antes representavam a estabilidade europeia (JONES, 2007, p. 81-92). Segundo John Mearsheimer em seu livro “A Tragédia Política das Grandes Potências” de 2001, a presença americana representava a garantia de segurança do continente, pois sem o pacificador americano, o continente veria a ascensão do poderio russo ou do alemão. Isso provocaria uma balança de poder e instabilidade no continente (MEARSHEIMER, 2001, p 365-368). Assim, com a retirada americana estavam impostas para a Europa as consequências da anarquia internacional: o ambiente de autoajuda pressionava por uma nova arquitetura de segurança no continente. Como resposta, os países europeus poderiam adotar quatro estratégias: o balanceamento contra a Alemanha, a segurança coletiva através da Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), a manutenção da OTAN como principal provedor de segurança europeu e a criação de uma estrutura de cooperação securitária autônoma (JONES, 2007, p. 82).

O balanceamento contra a Alemanha não se mostrava a melhor escolha a ser adotada, pois tal ação já fora seguida anteriormente e levou a duas Guerras Mundiais. Assim, França e Reino Unido alegavam que esta estratégia só seria adotada se a Alemanha se recusasse a cooperar multilateralmente (JONES, 2007, p. 82). A cooperação através da OSCE também não se mostrava viável porque a organização se mostrava fraca e insuficiente para amenizar o dilema de segurança imposto. Também a manutenção da OTAN como principal provedor de segurança na Europa não era garantia suficiente para amenizar a possível ameaça alemã, uma vez que não se sabia por quanto tempo os americanos permaneceriam no continente. Emerge então, como a alternativa mais duradoura e eficiente para amenizar o dilema securitário imposto, a construção de instituições europeias autônomas (JONES, 2007, p. 82-84). A Alemanha adotou, pois, uma postura de manutenção da ordem vigente. Constrangido pelas imposições das potências ganhadoras da Segunda Guerra Mundial através da divisão e ocupação do país e dos Acordos 2+4 (de redução do efetivo militar a 350.000 militares e transferência de poderes soberanos a organismos supranacionais), o país adota a postura de cooperar com França e Reino Unido na construção da integração europeia também no pilar securitário (JONES, 2007, p. 88-90).

Portanto, uma série de iniciativas de cooperação securitária e de defesa puramente europeias e com foco central na integração política emerge durante os anos 1990. É a partir do fim da Guerra Fria e do início da retirada militar americana do continente que temos institucionalmente o aumento e o aprofundamento destas iniciativas. Podemos afirmar, conseqüentemente, que o início efetivo da cooperação em segurança e defesa exclusivamente europeia esteve inversamente ligado à presença militar americana no continente e à pressão dos Estados Unidos por divisão de custos no Sistema Internacional.

Como início deste processo, em 1990 (antecipando os debates europeus marcados para Maastricht e da OTAN em Roma) o governante francês François Mitterrand e o da Alemanha Ocidental Helmut Kohl elaboraram uma carta para os demais países europeus, visando ditar o tom dos encontros que viriam. Ambos chamaram a União da Europa Ocidental (UEO) e a Comunidade Econômica Europeia a formarem corpos militares como primeiro passo para a criação de um exército da Europa Ocidental, a fim de desenvolver capacidades defensivas autônomas. A base para tal força seria a já existente brigada franco-alemã. O plano era que a UEO servisse de pilar para a futura política de defesa e segurança da Europa. Todavia, o Reino Unido encarou a iniciativa com desconfiança, já que advogava que ela poderia configurar uma ameaça potencial para a OTAN e duplicar esforços já existentes (RIDING, 1991; KOHL; MITTERRAND, 1990).

Também como resultado do fim da Guerra Fria, a Conferência de Segurança e Cooperação na Europa (CSCE) criada em 1975, desenvolve instituições permanentes e capacidade operacional. Para tanto, se transforma em 1990 na Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE). Participaram da institucionalização da OSCE Áustria, Bélgica, Bulgária, Canadá, Chipre, República Tcheca e Eslovaca, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Groelândia, Irlanda, Itália, Liechtenstein, Luxemburgo, Malta, Mônaco, Holanda, Noruega, Polônia, Portugal, Romênia, San Marino, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia, URSS, Reino Unido, Estados Unidos e Iugoslávia. Reafirmaram uma ordem internacional baseada nos princípios liberais americanos da democracia, respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais, segurança igualitária para todos os países e prosperidade através da liberdade econômica e justiça social (OSCE, 1990).

2.2.1 Ponto de Inflexão: a dissolução da Iugoslávia

O início da instabilidade e dos movimentos mais fortes que levaram à dissolução da antiga República Socialista Iugoslava vem desenhar a nova realidade securitária de alguns países do leste europeu: instabilidade social, econômica e possível transbordamento de crises para o resto da Europa (KANET, 2009). Vale ressaltar que aliada a essa conjuntura, há a contínua retirada de militares americanos do continente, conforme demonstrado na seção anterior. Em junho de 1991 há o início dos confrontos armados na Eslovênia (FINLAN, 2004, p. 11). Esta é a conjuntura em que se encontra a Europa nos anos 1990 e pode ter servido de impulsor para o desenvolvimento das iniciativas de cooperação em segurança e defesa no continente.

Em fevereiro de 1991 há a formação do Grupo de Visegrado entre Tchecoslováquia, Polônia e Hungria. A intenção do grupo era levar os países conjuntamente a alcançarem os parâmetros determinados pela OTAN para a sua entrada na aliança e posterior integração à Comunidade Econômica Europeia. Com o passar dos anos, priorizou-se os esforços individuais. O grupo, então, perdeu prioridade. Todavia, continuam declarando que as suas atividades são voltadas à estabilidade da Europa Central. Em suma, a iniciativa visava alinhar as políticas de segurança e defesa dos membros com as da União Europeia e da OTAN (VISEGRAD GROUP, [2015]).

Em resposta ao ambiente de instabilidade que vinha se formando na Europa do Leste e à contínua redução da presença militar americana como provedora de estabilidade, a Comunidade Europeia assina o Tratado de Constituição da União Europeia, mais conhecido como Tratado de Maastricht em 7 de fevereiro de 1992. Ele é o ponto alto da evolução da

cooperação securitária europeia, pois institucionalizou pela primeira vez em um Tratado a cooperação política em termos de segurança e defesa. Ele institucionalizou os esforços que até então vinham sendo feitos pela Cooperação Política Europeia (EPC), que é substituída pela Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia (PESC). Além disso, ele coordena os demais esforços já criados (UEO, OTAN, Plano Fouchet e mais tarde com a adesão de Hungria, República Tcheca, Eslováquia e Polônia à União Europeia, também o Grupo de Visegrado). Foi originalmente assinado entre Bélgica, Dinamarca, Alemanha, Espanha, Grécia, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Portugal e Reino Unido. Além de reforçar a União Aduaneira, estabelecer uma União Monetária na Europa (instituindo o Euro), instituir a União Europeia nos moldes atuais, ele também progrediu na integração de segurança e defesa ao introduzir a PESC com vistas a criar um esboço de uma política de defesa comum (COUNCIL OF THE EUROPEAN COMMUNITIES, 1992).

O Tratado visava trazer maior autonomia para a Europa promover a estabilidade e o progresso no continente. Além de criar o pilar de segurança da União Europeia, ele previu que esse pilar fosse desenvolvido e aplicado ao longo dos anos. Pelo Tratado, os países membros deveriam consultar os demais em ações relacionadas aos interesses comuns e levar à deliberação os demais assuntos a fim de chegarem a decisões conjuntas. Dessa forma, a PESC determinou que a União poderia atuar como ator internacional nos temas em que o Conselho de Ministros das Relações Exteriores concordassem por unanimidade. O pilar securitário permaneceu, portanto, intergovernamental (COUNCIL OF THE EUROPEAN COMMUNITIES, 1992, p. 123-129). A PESC permaneceu compatível com a política de segurança e defesa da OTAN. O Tratado determinou também que a UEO fosse integrada à União Europeia e permanecesse assim, como seu principal organismo para as questões relacionadas à defesa (EUROPEAN FOREIGN POLICY UNIT, [2012], p. 2). Dessa forma, a UEO recebe novos incentivos e produz no mesmo ano a Declaração do Papel da União da Europa Ocidental e suas relações com a União Europeia e a Aliança Atlântica. Por ele se confirmava a função da UEO de implementadora das questões de defesa da União Europeia (WEU, 2000).

Para dar mais efetividade ao pilar de defesa da União, em 19 de junho de 1992 foi feita a Declaração de Petersburgo. Nela, os ministros da defesa dos países membros da UEO foram convidados a definirem o papel operacional da organização. Ficou determinado que a UEO poderia ser utilizada em missões humanitárias de salvamento, missões de manutenção da paz, gestão de crises e pacificação (denominadas de Tarefas de Petersburgo) (EUROPEAN FOREIGN POLICY UNIT, [2012], p. 2). Assim, os ministros da defesa declararam também

que iriam disponibilizar unidades militares sob o comando da UEO para as Tarefas de Petersburgo (WEU, 2000, p. 10).

Um mês após a assinatura do Tratado de Maastricht há o início da Guerra da Bósnia (março de 1992) (FINLAN, 2004, p. 11). A Europa tentou cessar o conflito, entretanto necessitaram de auxílio americano para realizar as operações aéreas. Isso se deveu à falta de capacidades militares e de estrutura política militar para dar suporte às operações (JONES, 2007, p. 199). Este fato demonstrou a fragilidade da cooperação em segurança e defesa da União Europeia.

Como resposta a todo o movimento europeu de institucionalização da cooperação em segurança e defesa, os chefes dos países membros da OTAN fizeram em 11 de janeiro de 1994, a Declaração da Conferência de Bruxelas, pela qual congratularam as iniciativas autônomas europeias, mas reforçaram a necessidade da manutenção da OTAN como base da identidade europeia de segurança e defesa. Ademais, os chefes de Estado dos países membros concordaram na criação do conceito de Forças Conjuntas de Tarefas Combinadas. Isto é, os meios da OTAN poderiam ser utilizados pela UEO, como forma de interligar os esforços autônomos europeus com a organização euro-atlântica. Todavia, para a utilização das forças conjuntas, seria necessária a aprovação por parte dos Estados Unidos (NATO, 1994). De extrema importância nesta mesma declaração é a criação da iniciativa da Parceria para a Paz. A Parceria para a Paz é um programa de cooperação entre a OTAN e os países do Leste Europeu que ainda não fazem parte da Aliança. Ela visa auxiliar estes países nas reformas necessárias para a sua adequação aos padrões da organização. Atualmente há 22 países na parceria (NATO, 1994). Assim, a Declaração reafirmou a necessidade do maior engajamento militar americano no continente como provedor de estabilidade e paz. Pode-se concluir da análise da Declaração que ela serviu de resposta às iniciativas da PESC de construção de uma Identidade Europeia de Defesa e Segurança autônoma, subordinando tal iniciativa ao objetivo de fortalecimento do pilar europeu da Aliança e como forma de diluir os custos americanos em prover a segurança do continente (NATO, 1994).

A contínua presença substancial das forças dos Estados Unidos na Europa é aspecto fundamentalmente importante de tal link. Todos os nossos países aspiram continuar o direto envolvimento dos Estados Unidos e do Canadá na segurança da Europa. Nós notamos que isso é também o desejo expresso das novas democracias do Leste, as quais veem no link transatlântico uma garantia insubstituível de segurança e estabilidade para a Europa como um todo. A completa integração dos países da Europa Central e do Leste e da antiga União Soviética em uma Europa completa e

livre não pode ser bem sucedida sem a participação forte e ativa de todos os Aliados dos dois lados do Atlântico (NATO, 1994, não paginado, tradução nossa) ².

Houve em 5 de dezembro de 1994 a assinatura do Memorando de Garantia de Segurança em conexão com a adesão da Ucrânia ao Tratado de Não Proliferação de Armamento Nuclear (TNP). Pelo memorando Estados Unidos, Rússia e Reino Unido declararam que respeitariam a soberania da Ucrânia em troca do comprometimento do país com a eliminação de todos os seus armamentos nucleares (MEMORANDUM ..., 1994).

Em 1997, ainda sob a luz da instabilidade na antiga Iugoslávia, da falha europeia em desempenhar ações independentes na Guerra da Bósnia e da demora americana em prestar assistência, houve a assinatura do Tratado de Amsterdã. Ele institui reformas à PESC. O mecanismo de decisão por unanimidade é substituído pela votação por maioria qualificada e os Estados-Membros podem abster-se de decisões. É criado o posto de Alto Representante da PESC. A definição mais importante do Tratado é a introdução do pilar de defesa para dentro da União Europeia: foi decidido que a União Europeia poderia lançar as missões de Petersburgo, que seriam implementadas pela UEO (EUROPEAN FOREIGN POLICY UNIT, [2012], p. 2).

Em fevereiro de 1998 houve o início da Guerra do Kosovo (FINLAN, 2004). Ela foi mais um elemento catalisador da cooperação securitária europeia, pois demonstrou novamente a dificuldade do continente em desempenhar ações autônomas. Além disso, demonstrou que os países europeus não poderiam contar mais com tanto empenho americano em manter a segurança europeia se assim não fosse vital pra eles. Isso se deveu, pois: os Estados Unidos teriam demorado a participar das operações e quando participaram pediram o comando da ação de forma independente da OTAN e os americanos teriam bloqueado o sinal do satélite de posicionamento GPS durante a guerra - exacerbando a dependência europeia de tecnologia americana (JONES, 2007, p. 210; 164). Somado a estes fatos, o crescente desenvolvimento da indústria armamentista americana e o seu quase monopólio mundial, serviu como mais um constrangimento para a Europa intensificar a sua cooperação em matéria de defesa (JONES, 2007). Assim, visando aumentar a sua participação no mercado mundial de armamentos, os

2 Do original em inglês: “The continued substantial presence of United States forces in Europe is a fundamentally important aspect of that link. All our countries wish to continue the direct involvement of the United States and Canada in the security of Europe. We note that this is also the expressed wish of the new democracies of the East, which see in the transatlantic link an irreplaceable pledge of security and stability for Europe as a whole. The fuller integration of the countries of Central and Eastern Europe and of the former Soviet Union into a Europe whole and free cannot be successful without the strong and active participation of all Allies on both sides of the Atlantic”.

ministros da defesa de França, Alemanha, Reino Unido, Suécia, Espanha e Itália, assinaram em julho de 1998 uma Carta de Intenção (LoI) em que concordavam que os países deveriam harmonizar a operabilidade de seus armamentos militares (JONES, 2007, p. 166). A tentativa de standardização e interoperabilidade das forças europeias configurou o primeiro passo para o início da integração de uma base de defesa europeia e para a capacidade de desenvolvimento de forças militares do bloco.

No mesmo ano, há o estabelecimento da Organização para Cooperação Conjunta em Matéria de Defesa (OCCAR – sigla em francês). Ela foi criada por França, Alemanha, Itália e Reino Unido a fim de gerir os programas europeus de armamentos, visando aumentar a eficiência e diminuir os custos da produção de armamentos. Alegava que a cooperação nesta área era essencial para o estabelecimento de uma identidade europeia de segurança e defesa (JONES, 2007, p. 166). Outro marco essencial para o desenvolvimento de forças militares europeias e para o aprofundamento da cooperação em matéria de segurança e defesa foi a Declaração de St. Malo de 4 de dezembro de 1998. Em clara resposta à incapacidade europeia de agir sozinha nas crises da Bósnia e do Kosovo, França e Reino Unido se reuniram em St. Malo e declararam a favor do aumento da efetividade da PESC através da criação de uma força militar europeia autônoma, capaz de ser desenvolvida rapidamente. Ademais, reforçaram a busca por autonomia de decisão quando a OTAN não estiver engajada, bem como defenderam o desenvolvimento de capacidades europeias para alcançar tais objetivos. Estas seriam: o fortalecimento da base industrial de defesa, o desenvolvimento de tecnologia, de capacidades de inteligência e de comunicações, entre outras (FRANCE; UNITED KINGDOM, 1998).

A fim de que a Europa tome decisões e aprove ações militares onde a Aliança como um todo não estiver engajada, a União precisa dar estruturas apropriadas e uma capacidade para análise de situações, fontes de inteligência e capacidade para planejamento estratégico relevante sem duplicação desnecessária, levando em conta as capacidades existentes da UEO e a evolução de suas relações com a UE. A este respeito, a União Europeia também necessitará de capacidades militares adequadas (capacidades europeias pré-designadas no pilar europeu da OTAN ou meios europeus nacionais ou multinacionais fora do quadro da OTAN) (FRANCE; UNITED KINGDOM, 1998, sem paginação, tradução nossa) ³.

³ Do original em inglês: “In order for the European Union to take decisions and approve military action where the Alliance as a whole is not engaged, the Union must be given appropriate structures and a capacity for analysis of situations, sources of intelligence and a capability for relevant strategic planning, without unnecessary duplication, taking account of the existing assets of the WEU and the evolution of its relations with the EU. In this regard, the European Union will also need to have recourse to suitable military means (European capabilities pre-designated within NATO's European pillar or national or multinational European means outside the NATO framework)”.

A Alemanha deu suporte às declarações de St. Malo e logo após, em sua presidência na União Europeia, levou as iniciativas de construção de capacidades europeias para dentro das instituições do bloco. A Alemanha defendia também a criação do posto de Ministro das Relações Exteriores da União Europeia. Tais iniciativas tiveram resultado no Conselho Europeu em Colônia de 1999. Nele, os países do bloco concordaram que a União Europeia deveria ser capaz de levar a cabo as Missões de Petersburgo, substituindo a UEO (EUROPEAN FOREIGN POLICY UNIT, [2012], p. 2). Ademais, lançaram um plano para o desenvolvimento da Política de Segurança e Defesa Autônoma da Europa dentro das instituições da União Europeia e não mais da UEO (JONES, 2007, p. 210). Ou seja, a iniciativa franco-britânica em St. Malo serviu de impulsor para o desenvolvimento efetivo de forças e recursos militares dentro da União Europeia. Vale ressaltar que antes do Conselho Europeu em Colônia, houve em maio a Conferência Franco-Germânica em Toulouse. Após a Conferência de Colônia e antes da conferência de Helsinki houve em novembro, a Conferência Anglo-Francesa em Londres e a Conferência Franco-Alemã em Paris. Todas versaram sobre o desenvolvimento de forças militares da União Europeia (JONES, 2007, p. 212). Chama atenção o fato de que, no que tange aos esforços de construção de forças autônomas europeias, só houve reuniões bilaterais entre Alemanha, França e Reino Unido. Isso nos levou a supor que a França teria servido como elo entre Reino Unido e Alemanha.

Em 12 de março de 1999, como resultado dos esforços do grupo de Visegrado e da Parceria para a Paz, República Tcheca, Hungria e Polônia entraram na OTAN. Ocorre assim, a incorporação do grupo de Visegrado à Aliança e sua expansão para os países pertencentes ao antigo Pacto de Varsóvia (DAVID; LEVESQUE, 1999, p. 87).

Em 10 de dezembro de 1999, houve mais um ponto marcante para a aproximação em segurança e defesa europeia: O Conselho Europeu de Helsinki. Nele, as aproximações anteriores (St Malo, conferências bilaterais, Conselho em Colônia) foram concretizadas (EUROPEAN UNION, 1999). Foi institucionalizada a Política de Segurança e Defesa Comum da União Europeia (PSDC) e definida a criação de uma Força Conjunta Europeia de Reação Rápida de Alemanha, França e Reino Unido. Essa força seria desenvolvida pelo posto de Alto Representante para a PESC (BRZEZINSKI, 2000, p. 21). Até 2003, a União Europeia teria de ser capaz de recrutar no prazo de 60 dias e manter durante pelo menos um ano, forças militares de até 50.000-60.000 pessoas capazes de desenvolver as missões de Petersburgo (quais sejam, imposição da paz, gerenciamento de crises e ajuda humanitária). Através do Tratado foram criadas também as estruturas de comando provisórias para executar as missões: o Comitê Político e de Segurança, o Comitê Militar e o Estado-Maior Militar da União

Europeia. Em dezembro de 2000, o Conselho Europeu de Nice formalizou essas novas comissões (EUROPEAN FOREIGN POLICY UNIT, [2012], p. 2). Em Nice, essa estrutura intergovernamental de comando civil-militar tornou-se permanente (JONES, 2007, p. 201). Ela é uma espécie de conselho com papel de ditar diretrizes para as ações militares dos países europeus sob mandato do bloco. O alto comando das operações seria exercido pelo Comitê Militar que é composto pelos ministros de defesa dos países europeus.

Seguindo as orientações de St. Malo e as ações de institucionalização da força militar europeia tem início em 1999 a construção do satélite europeu de posicionamento GALILEO, bem como a criação da indústria de mísseis MBDA entre França, Reino Unido e Itália. Em 2000 ocorre a criação da empresa EADS entre empresas francesas, alemãs e espanholas (JONES, 2007, p. 164; 169; 175). Nos três movimentos citados, os governos centrais tiveram importante papel no fomento à construção da base industrial de defesa supranacional. Em 2001, houve a assinatura pelos diretores de armamentos europeus de um memorando para a construção do avião de transporte europeu A400M. Eles visavam romper com a dependência do avião americano Hércules (JONES, 2007, p. 164). As iniciativas do satélite de posicionamento GALILEO e do avião de Transporte A400M são elementos essenciais para a construção de uma capacidade de projeção autônoma da Europa. Visando coordenar estas iniciativas, ocorreu em 2002 a Convenção sobre o Futuro da Europa. Nela, os países europeus elaboraram um tratado constitucional criando o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros Europeu; o Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE); a Agência Europeia de Armamento, Investigação e Capacidades Militares (EUROPEAN FOREIGN POLICY UNIT, [2012], p. 2).

Conclui-se que as guerras de dissolução da antiga República Iugoslava – especialmente as Guerras da Bósnia e do Kosovo - aumentaram a pressão sobre a arquitetura de segurança e defesa da Europa no pós Guerra Fria. Isso foi representado pela continua retirada americana do continente, aliado a incapacidade europeia de desempenhar operações autônomas. Como resposta, durante toda a década de 1990, a Europa respondeu com o aprofundamento da cooperação securitária e de defesa. Neste período, portanto, também podemos afirmar que a evolução da cooperação securitária e de defesa na Europa está inversamente ligada à presença militar americana no continente e respondeu à necessidade de reestruturação das forças armadas europeias derivada desse processo. Cabe ressaltar que as aproximações efetivas da União Europeia foram precedidas por negociações bilaterais ou aproximações multilaterais menos formais. Ademais, chama atenção o fato de que somente houve reuniões trilaterais entre Alemanha, França e Reino Unido quando de questões sobre

base industrial de defesa, demonstrando o papel da França de elo entre Alemanha e Reino Unido.

2.2.2 Ponto de Inflexão: Guerra ao terror

Após os atentados de 11 de setembro de 2001 a doutrina Bush definiu as ameaças à segurança americana. Elas seriam definidas pela combinação entre radicalismo e armas de destruição em massa. Criou-se assim, os países do Eixo do Mal e o conceito de Guerra ao Terror (VISENTINI, 2012, p.103). Inicia-se assim, uma nova fase na arquitetura de segurança europeia. Há maior convergência entre Estados Unidos e Europa no que entendem como ameaça securitária: o terrorismo e a luta contra as armas de destruição em massa tomaram conta da agenda dos países europeus. Isso pressionou o bloco a determinar áreas geográficas para a PSDC, mesmo tendo havido desacordos quanto à intervenção militar no Iraque.

Após a declaração da Guerra ao Terror, houve de 2002 a 2003 um aumento de quase 10 mil militares americanos na Europa (IISS, 2001- 2002). Entretanto, no ano seguinte a retirada continua. Aliado a isso, em novembro de 2002 foi desenvolvida a Declaração da Conferência de Praga da OTAN. Por ela ocorreu a aproximação da OTAN com a Bulgária, Estônia, Letônia, Lituânia, Romênia, Eslováquia e Eslovênia, dando início ao segundo movimento de expansão da Aliança aos antigos países pertencentes ao Pacto de Varsóvia. Ademais, os chefes dos países membros da OTAN concordaram em criar a Força de Resposta da Aliança, visando aumentar a sua capacidade de ação contra o terrorismo e as armas de destruição em massa. Ela é uma força para ser desenvolvida quando for necessário, que inclui terra, água e mar em alta interoperabilidade. Modernizaram também a estrutura de comando da Aliança e buscaram novos armamentos (NATO, 2002).

A Guerra do Iraque aprovada pelo congresso americano em outubro de 2002, mesmo sem o respaldo do Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU) (VISENTINI, 2012, p. 104) representou mais um indicador para a Europa de que os Estados Unidos somente agiriam de acordo com os seus interesses nacionais (JONES, 2007, p. 210). A guerra foi polêmica, a maioria da comunidade internacional não legitimava a invasão americana. O Reino Unido apoiava a ação e participou das operações em solo iraquiano. Entretanto, Alemanha e França se opuseram veementemente aos ataques (VISENTINI, 2012, p.104; EU..., 2003). Quando os Estados Unidos tentaram utilizar a OTAN como meio legitimador da ação, França e Alemanha vetaram (VISENTINI, 2012, p. 104).

Assim, as posições dos países europeus a nível político divergiram. Todavia, isso não representou o aumento da polarização nem um impacto negativo na evolução da cooperação em segurança e defesa da Europa. O que pode ser comprovado em entrevista feita pela comissão europeia, com a população dos países europeus: 68% declararam que a invasão foi injustificada, mas 42% declararam que a Guerra não mudou o papel da União Europeia no mundo (SOFRES, 2003, p. 9; 53). Aliado a isso, houve em 2003 algumas aproximações europeias no campo securitário e de defesa. Em fevereiro de 2003, mesmo mês da declaração francesa no Conselho de Segurança contraria a invasão do Iraque, houve a conferência bilateral franco-britânica em Le Touquet. Nela ambos os países acordaram em meios para revitalizar a cooperação militar iniciada em St. Malo, a PESC e a PSDC da União Europeia. Desenvolveram assim, uma Declaração para o Fortalecimento da Cooperação Europeia em Segurança e Defesa (MISSIROLI, 2003, p. 36).

Na declaração alegam que os dois países gostariam de elevar a cooperação em defesa na Europa para um novo estágio em três áreas: gerenciamento de crises, solidariedade entres os países membros em questões securitárias e o fortalecimento das capacidades militares do bloco. Dessa forma, propuseram:

- a) a criação da primeira força militar europeia para gerenciamento de crises nos Balcãs;
- b) nova abordagem para os interesses securitários comuns;
- c) proposta de desenvolvimento de capacidades militares europeias e
- d) cooperação entre ambos os países no desenvolvimento de porta-aviões conjuntos.

Na declaração França e Reino Unido alegaram que a União Europeia deveria aumentar suas capacidades nos Balcãs, pois seria nesta questão que o bloco mais convergiria. Estas ações eram declaradas como instrumento para aumentar as capacidades europeias e contribuir para uma parceria transatlântica mais equilibrada. Afirmaram também que o bloco europeu deveria contribuir para gerar estabilidade na África (MISSIROLI, 2003, p. 37) e que França e Reino Unido possuíam interesses vitais interligados, assim, ambos trabalhariam para utilizar as suas capacidades para a proteção do outro se assim for necessário. Isso se daria através do desenvolvimento conjunto e criação de interoperabilidade entre os porta-aviões de ambos de forma que houvesse sempre pelo menos um disponível.

Reforçaram também, a cooperação conjunta de suas marinhas e de sua indústria de defesa (MISSIROLI, 2003, p. 38). Dessa forma, os dois países defenderam também a criação de uma cláusula de solidariedade no Tratado da União Europeia para todos lidarem de forma

efetiva com as ameaças comuns. Chamaram pela determinação de metas efetivas para gastos em defesa, interoperabilidade das forças e efetividade. Defenderam para tanto, a criação de uma agência intergovernamental de aquisição e desenvolvimento de capacidades militares. Enfim, a Conferência em Le Touquet serviu como plataforma para a França e Reino Unido defenderem meios de aumentar a efetividade do pilar de defesa e segurança da União Europeia (MISSIROLI, 2003, p. 38).

Assim como houve, no Conselho Europeu de Colônia e Helsinki, a efetivação de algumas das diretrizes defendidas por França e Reino em St. Malo; também houve a consolidação de algumas de suas iniciativas em Le Touque. Em 27 de janeiro de 2003 ocorre o Conselho de Ação Conjunta da União Europeia. Ele desenvolveu a primeira força militar europeia (MISSIROLI, 2003, p. 29). Ela foi mandada para a Macedônia e se chamava Operação Concórdia. Contava com força pesada e leve, bem como elementos de suporte aéreo e equipe de evacuação médica. A cadeia de comando da operação se manteve sob a direção política e estratégica da União Europeia, mas com aproximação da OTAN em todos os níveis. (JONES, 2007, p. 202-203).

Em 23 de Outubro de 2003 houve, após inúmeras discussões, a definição de uma Estratégia Europeia de Segurança na Resolução do Parlamento Europeu de 2003. Ela permanece em vigor e é composta de três objetivos: criar estabilidade e boa governança na vizinhança da Europa, contribuir para uma ordem mundial multilateral e combater velhas e novas ameaças com o mecanismo de prevenção de ameaças. Ademais, os países europeus determinaram o terrorismo e as armas de destruição em massa como ameaças a sua segurança. Declararam que a União Europeia tem de dar prioridade para a determinação de sua Política Externa e de Segurança, para conjuntamente desenvolvê-la e designá-la geograficamente. Porque entenderam que a segurança da União passa pela estabilidade em sua vizinhança próxima. Elencaram assim, as regiões vitais para a segurança da União Europeia: Balcãs, Rússia, Ucrânia, Bielorrússia, Moldávia, Sul do Cáucaso, Sul do Mediterrâneo, África Ocidental e Oriental e Oriente Médio. Novamente reinteraram a parceria com os Estados Unidos, mas buscando uma relação mais igual (MISSIROLI, 2003, p. 228, 239).

Em novembro de 2003 os chanceleres europeus lançaram a Cooperação Estruturada Permanente em Defesa (grupos de batalha), uma cláusula de assistência mútua (parecida com a advogada pela conferência de Le Touque entre França e Reino Unido) e a criação de uma célula de planejamento civil e militar no âmbito do pessoal militar da União (EUROPEAN FOREIGN POLICY UNIT, [2012], p. 2). Tais iniciativas foram precedidas por um estudo conjunto de Alemanha, França e Reino Unido. Nele os três países uniram as intenções de criar

uma estrutura para comando das operações militares da União Europeia, a fim de que possam ser usadas até quando a OTAN não participar (MISSIROLI, 2003, p. 283).

Em 29 de Março de 2004 houve a incorporação de Bulgária, Estônia, Letônia, Lituânia, Romênia, Eslováquia e Eslovênia na OTAN. Em maio do mesmo ano a União Europeia desenvolve o Objetivo Global 2010. Nele os ministros de defesa dos países do bloco europeu estabeleceram grupos de batalha para intervenção internacional, compostos por 1.500 combatentes (JONES, 2007, p. 235). Em julho de 2004 há a Criação da Agência Europeia de Defesa após inúmeras discussões durante o ano de 2003. A agência permanece intergovernamental, com o Alto Representante para a PSDC como presidente, mas com os ministros da defesa dos países europeus como conselho de direção (JONES, 2007, p. 166-167). Seu objetivo é desenvolver capacidades de defesa da União, fomentar a cooperação em matéria de armamento, criar uma base industrial e tecnológica para a defesa europeia e estimular o desenvolvimento de um mercado comum de armamento, bem como incentivar a investigação e desenvolvimento no domínio de defesa (SOARES, 2011). Em 2004 há a operação da União Europeia na Bósnia-Herzegovina, em 2005 na Palestina e na República Democrática do Congo, em 2007 no Afeganistão (EUROPEAN UNION, 2015).

Em 2007 se iniciaram as tratativas sobre o Tratado reformador da União Europeia, o Tratado de Lisboa. Por ele a PSDC continuou a ser decidida através de negociações intergovernamentais e por unanimidade (o que reflete a intenção de manutenção da integração em segurança e defesa multilateral a um nível institucional mais baixo). O cargo de Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança é criado e ele passa a representar o bloco em organismos internacionais e negociações multilaterais. O Tratado institui também o Serviço Europeu de Ação Externa - esboço de um órgão de atuação diplomática comunitário - e constitucionalizou a atuação da Agência de Defesa Europeia. Ele visou fortalecer o pilar da defesa da União Europeia introduzindo mais três operações (além das Tarefas de Petersburgo) em que a União Europeia pode mandar as suas forças: operações de desarmamento conjunto, conselho militar e assistência operacional e estabilização pós-conflitos (EUR – LEX, 2015). Ademais, o Tratado de Lisboa trouxe uma cláusula de defesa mútua (que foi defendida por França e Reino Unido em Le Touquet):

Se um Estado membro for vítima de um ataque armado em seu território, ele poderá contar com a ajuda e assistência dos outros Estados membros, os quais são

obrigados a ajudar. A cláusula de defesa mútua não afeta os compromentimentos feitos sob a estrutura da OTAN (EUR – LEX, 2015, não paginado, tradução nossa)⁴.

Em dezembro, o Tratado é assinado em Lisboa. Em junho de 2008, os irlandeses rejeitaram-no em referendo. Mas em outubro de 2009 ocorre um segundo referendo e o país aprova o Tratado (EUROPEAN FOREIGN POLICY UNIT, [2012], p. 3). Em 2008 houve uma missão europeia na Geórgia e no Kosovo (EUROPE UNION, 2015b).

Conclui-se que a Guerra ao Terror auxiliou os países europeus no desenvolvimento de sua Política de Segurança e Defesa Comum (PSDC), pois apesar das posições contrárias referentes à Guerra do Iraque, a luta contra o terrorismo e as armas de destruição em massa auxiliaram o bloco a determinar as áreas geográficas críticas à segurança europeia. Como resultado, missões militares e civis foram mandadas para essas regiões que compreendem os Balcãs, Oriente Médio e Norte da África.

2.2.3 Ponto de Inflexão: Crise Econômica de 2008

O corte nos gastos militares na Europa a partir da crise econômica de 2008, aliado a não priorização da Europa especialmente do Reino Unido como parceiro estratégico pelos Estados Unidos, os interesses comuns entre França e Reino Unido (principalmente no Oriente Médio e África) e a pressão americana por divisão de custos em prover a segurança internacional auxiliaram na formação da atual Entente Frugale.

As novas ameaças securitárias mundiais (terrorismo, narcotráfico, instabilidade social, guerras civis...) estão além das fronteiras nacionais dos países. Por isso, desde o fim da Guerra Fria há o movimento de modernização das forças armadas, levando muitos países a investirem em capacidade de ação rápida e de projeção (IISS, 2008). Essa tendência vem ocorrendo nos países europeus e é imposta pela pressão dos Estados Unidos, através da OTAN, para manter a interoperabilidade das forças dos dois lados do atlântico (IISS, 2008, p. 31).

Da análise das doutrinas declaradas de França (FRANCE, 2008) e Reino Unido (UNITED KINGDOM, 2010b) na época, percebe-se que havia convergência entre suas estratégias nacionais. Em seus documentos, ambos declaram a necessidade de modernizar as suas forças de forma adequada às novas ameaças e à forma de fazer guerra (FRANCE, 2008, p. 10; UNITED KINGDOM, 2010b). Tanto França quanto Reino Unido afirmava que a

⁴ Do original em inglês: “If a Member State is the victim of an armed attack on its territory, it can rely on the aid and assistance of the other Member States, which are obliged to help. The mutual defence clause does not affect the commitments made under the framework of the North Atlantic Treaty Organization (NATO)”.

segurança de seus países passava pela manutenção das rotas de comércio de seus produtos, da manutenção do fornecimento de matérias-primas e da prevenção de instabilidades além-teatro (configurada por ações intervencionistas), a fim de evitar atos terroristas, criação de rotas de contrabando e negação de acesso aos recursos naturais. A França é altamente dependente do urânio africano e o Reino Unido do petróleo do Oriente Médio. Dessa forma, ambos os países elencavam como áreas estratégicas para a sua segurança nacional o Oriente Médio, a África e o Oceano Índico (FRANCE, 2008, p. 42; UNITED KINGDOM, 2010b, p. 44; IISS, 2008, p. 44-45). Portanto, como havia pressão dos Estados Unidos por divisão de custos na segurança internacional, ademais havia desengajamento americano em garantir a segurança dos países europeus e um maior engajamento deste no continente asiático, abriu-se espaço e pressão para que França e Reino Unido aumentassem a sua presença e intervenção nas dinâmicas africanas e do Oriente Médio a fim de garantirem os seus interesses. Esse processo intensifica-se até os dias atuais. Assim, essa postura franco-inglesa mais engajada em intervenções além-teatro também representa um ponto de inflexão para a formação da Entente Frugale.

Cabe ressaltar que além de apresentarem estratégias nacionais parecidas, França e Reino Unido são potências nucleares, possuem acento permanente no Conselho de Segurança da ONU, apresentam os maiores orçamentos de defesa da União Europeia, tiveram histórias parecidas durante as duas Guerras Mundiais (CAMERON; SARKOZY, 2010), seus programas de desenvolvimento de equipamentos e de indústrias de defesa são os maiores da Europa e ambos são os maiores contribuidores para o desenvolvimento de capacidades militares multinacionais europeias (IISS, 2008, p. 115).

Da análise da evolução da cooperação securitária e de defesa europeia desenvolvida nas seções anteriores, podemos concluir que as aproximações bilaterais entre França e Reino Unido são constantes, demonstrando convergência estratégica, bem como uma intenção antiga de cooperar. Destaca-se a Declaração de Le Touque de 2003 em que ambos declararam a intenção de cooperar de forma mais profunda na construção de porta aviões conjuntos, bem como na aproximação de suas bases industriais de defesa e de suas marinhas (MISSIROLI, 2003, p. 38). Dessa forma, com a crise econômica de 2008 impactando fortemente os países europeus e impondo o corte de gastos militares, houve um forte incentivo para a aproximação entre França e Reino Unido na área de defesa e segurança. Visavam otimizar os custos de manutenção da capacidade combativa, promovendo de forma mais eficiente, rápida e com menos custo (se comparado às iniciativas multilaterais europeias) a segurança dos dois países (CAMERON; SARKOZY, 2010) e assim responder às pressões americanas por divisão de custos. Contribuiu para isso, o balanceamento americano para o Pacífico, levando o país a

diminuir o seu efetivo militar na Europa e a não priorização do Reino Unido como parceiro estratégico. Ademais, houve o aumento da presença de novos atores (Brasil, China, Índia) na África (região estratégica para França e Reino Unido). Isso pode ter levado os dois países a unirem esforços a fim de manter a sua influência na região.

Conclui-se assim, que a atual distribuição de poder no Sistema Internacional fortalece pressões internas na agenda securitária dos países europeus e, portanto, a formação da Entente Frugale é um padrão de alinhamento derivado da atual distribuição de poder no Sistema Internacional.

2.3 CONCLUSÃO PARCIAL

Pode-se concluir que as dinâmicas securitárias exclusivamente europeias são inversamente proporcionais à presença americana e ao seu engajamento em prover a segurança do continente. Portanto, uma série de iniciativas de cooperação securitária e de defesa autônomas e com foco central na integração política emergiram durante os anos 1990 como resposta à retirada militar americana do continente e da incapacidade de atuação autônoma europeia nas Guerras da Bósnia e do Kosovo.

Nos anos 2000, a retirada americana do continente continuou a exercer pressão sob a arquitetura de segurança na Europa. Apesar da posição contrária de Alemanha, França e Reino Unido na Guerra do Iraque em 2003, a Guerra auxiliou a demonstrar que os Estados Unidos estão engajados somente em questões que dizem respeito à sua segurança. Assim, conclui-se que a Guerra ao Terror auxiliou os países europeus no desenvolvimento de sua Política de Segurança e Defesa Comum (PSDC), pois a luta contra o terrorismo e as armas de destruição em massa auxiliou o bloco a determinar as áreas geográficas críticas à sua segurança. Como resultado, missões militares e civis foram mandadas para essas regiões (Balcãs, Oriente Médio e Norte da África).

Cabe ressaltar que a cooperação securitária e de defesa europeia se constitui em um processo complexo e longo, com as aproximações efetivas sendo precedidas por negociações bilaterais ou aproximações multilaterais menos formais. Chama atenção o fato de que, no que tange aos esforços de construção de forças exclusivamente europeias, houve somente reuniões bilaterais entre Alemanha, França e Reino Unido. Isso nos leva a supor que a França teria servido como elo entre Reino Unido e Alemanha. Nota-se também, que a cooperação europeia se desenvolve diretamente ligada a OTAN, produzindo avanços em áreas que não são prioritárias para a Aliança ou em áreas em que os Estados europeus têm dúvidas quanto ao

engajamento americano (como por exemplo, as missões humanitárias e de imposição da paz nos Balcãs e África).

Por fim, pode-se concluir que os condicionantes da atual Entente Frugale encontram-se na mudança estrutural do pós Guerra Fria que diminuiu a polarização na Europa, permitindo e pressionando que França e Reino Unido tivessem maior autonomia em suas políticas securitárias, desenvolvendo posição mais intervencionista. Por sua vez, essa maior autonomia e as inúmeras convergências estratégicas permitiram que ambos formassem um arranjo securitário bilateral quando da imposição do corte de orçamentos de defesa decorrentes da crise de 2008. Ademais, a análise empírica da arquitetura de segurança e defesa na Europa durante a década de 1990 e 2000 demonstra que ao contrário do que John Mearsheimer previu a contínua retirada do “pacificador americano” da Europa não levou a Alemanha a aumentar as suas capacidades militares e a agir como uma potência revisionista (MEARSHEIMER, 2001, p 365-368). Pelo contrário, o país adotou como estratégia a cooperação através dos mecanismos supranacionais.

3 COOPERAÇÃO EM SEGURANÇA E DEFESA NA EUROPA: A ENTENTE FRUGALE

Este capítulo pretende descrever a Entente Frugale, bem como situá-la na evolução da cooperação em segurança e defesa europeia. Dessa forma, será possível analisar o âmbito jurídico da aliança militar e seu âmbito concreto. Para tanto, parte-se da interpretação das atuais políticas de segurança e defesa de Alemanha, França e Reino Unido para verificar se há convergência de interesses entre os três países e como suas doutrinas declaratórias moldam a cooperação. Ademais, há quatro pontos que nos ajudam a verificar a consistência da aliança franco-britânica e o que dizem sobre a polarização regional: a Guerra da Líbia, a Guerra da Síria e contra o Estado Islâmico, a Guerra do Mali e a Crise da Ucrânia.

3.1 OS INTERESSES ESTRATÉGICOS DE ALEMANHA, FRANÇA E REINO UNIDO

A análise das doutrinas declaradas de Alemanha, França e Reino Unido e da evolução da cooperação em segurança e defesa na Europa desde 1945 nos permite perceber que a França atua como ponte entre Alemanha e Reino Unido, pois toma a frente nas iniciativas entre os dois países. Complementarmente, a análise da sua doutrina declaratória explicita tal papel, ao apresentar elementos de convergência tanto com a estratégia nacional de Alemanha quanto com a do Reino Unido. Esse papel francês pode ser explicitado no discurso de Sarkozy quando da assinatura dos acordos de formação da Entente Frugale:

Eu sempre estive convencido que a Europa verdadeira e profundamente precisa do Reino Unido. E agora permita-me dizer que o Reino Unido precisa da Europa, assim como a França precisa da Europa. Eu sempre, sempre defendi essa visão e agora, eu não sou um tecnocrata, eu não sou a favor de uma infinidade de burocratas e eu tive certo número de trocas francas com um determinado número de líderes europeus (CAMERON; SARKOZY, 2010, não paginado, tradução nossa)⁵.

Ademais, percebe-se a intensificação das atitudes intervencionistas de França e Reino Unido (derivadas da estrutura do atual Sistema Internacional) e a aproximação alemã desta postura.

Analisando a evolução da arquitetura de segurança e defesa europeia e as respostas da França frente aos eventos como Guerra da Iugoslávia, Guerra do Iraque, Crise Econômica de 2008, Guerra na Líbia, no Mali... pode-se perceber que desde o fim da Segunda Guerra Mundial Paris procurou um caminho com maior margem de manobra em relação aos Estados

⁵ Do original em inglês: “I have always been convinced that Europe truly and deeply needs Britain. And allow me to say that Britain needs Europe, just as France needs Europe. I have always, always defended that view and yet I’m no technocrat, I’m not in favour of a plethora of bureaucrats and I have had a certain number of frank exchanges with a certain number of European leaders.”

Unidos. Vê a sua grandeza através da integração regional sob a sua liderança, portanto, procurou construir uma forte arquitetura de defesa e segurança na Europa. Mesmo oscilando em momentos de maior aproximação com Reino Unido e Estados Unidos (com a formação da Entente e sua reintegração ao comando da OTAN), pode-se perceber a manutenção de seu projeto de integração europeu.

Já Londres, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, procurou alcançar influência no Sistema Internacional através de uma aliança com os Estados Unidos. Ou seja, o país tende a se focar em seus interesses como grande potência e como aliado preferencial dos americanos, utilizando a Europa como meio para alcançar seus objetivos. Tal postura pode ser detectada também em sua doutrina declaratória. Dessa forma, o Reino Unido possui comportamento dual nas questões europeias: mantém uma espécie de ceticismo e distância, mas se aproxima quando seu parceiro estratégico (Estados Unidos) se afasta. A Alemanha - desde o fim da Segunda Guerra Mundial e especialmente devido às consequências da guerra e às imposições feitas sobre o país (LEYEN, 2015, p. 2) - adota uma postura de cooperação regional e de baixa propensão à projeção de forças além-teatro.

3.1.1 Política de Segurança e Defesa Britânica

Londres adota uma postura de grande potência cuja segurança nacional perpassaria pela estabilidade de regiões do mundo inteiro. Portanto, a segurança britânica encontra-se além-teatro. “A fim de proteger nossos interesses em casa, nós precisamos projetar nossa influência no exterior” ⁶ (UNITED KINGDOM, 2010a, p. 4, tradução nossa). Como os Estados Unidos pressionam por maior divisão de custos, é necessário, assim, desenvolver capacidade de projeção. O Reino Unido determina em última instância a economia como o seu objetivo de segurança nacional (UNITED KINGDOM, 2010a). As ameaças à segurança britânica são: terrorismo, ciber ataque, ataques não convencionais utilizando química, armas nucleares ou biológicas e acidentes naturais. Tudo isso são ameaças diretas para o bem-estar da economia britânica, pois o Reino Unido tem ligações com o mundo inteiro, bem como depende de oferta de matéria prima externa (UNITED KINGDOM, 2010a, p. 3-6).

Dessa forma, para alcançar a sua capacidade de projeção, elenca como necessária a parceria preferencial com os Estados Unidos e França e secundariamente com a União Europeia e OTAN (UNITED KINGDOM, 2010b, p. 59). Adota uma postura preventiva, visando lidar com os riscos antes que eles virem ameaças concretas (UNITED KINGDOM,

⁶ Do original em inglês: “In order to protect our interests at home, we must project our influence abroad”.

2010a, p. 5). Ademais, cabe ressaltar que Londres elenca a África e o Oriente Médio como regiões estratégicas para a sua segurança nacional, pois caracterizam estas áreas como mais propícias ao desenvolvimento de grupos terroristas e de organizações criminais que promovem o contrabando até o reino. Isso se deve porque predominaria nesta região a instabilidade e o conflito e isso provocaria a interrupção do comércio e negócios britânicos e de seu abastecimento energético (UNITED KINGDOM, 2010b p. 44). Cabe ressaltar, que o reino defende que seja garantido o desenvolvimento dos projetos de gasodutos que visam transportar petróleo e gás natural do Mar Cáspio e do Mar do Norte à Europa (UNITED KINGDOM, 2010b, p. 50).

3.1.2 Política de Segurança e Defesa Francesa

Percebe-se o discurso francês mais engajado com as intervenções além-teatro e com postura mais autônoma em relação à integração europeia do que em seu Livro Branco de 2008. A França elenca em seu Livro Branco de Defesa Nacional de 2013, as ameaças para a sua segurança: terrorismo, ciber ameaças, crime organizado, expansão de armas convencionais, proliferação de armas de destruição em massa e riscos tecnológicos e naturais (FRANCE, 2013, p. 10). O conceito de segurança nacional introduzido no Livro Branco de 2008 foi expandido, incluindo além de proteção da população e do território nacional, também a necessidade de o país gerenciar qualquer risco direto ou indireto e ameaças que podem impactar na vida da nação. Abre-se assim, espaço para ação preventiva. Ademais, o termo ameaça e risco tem um significado amplo. Ele engloba eventos políticos, riscos de desastres naturais, industriais, de saúde e tecnológicos (FRANCE, 2013, p. 10-11). Acrescenta-se que o novo documento elenca três prioridades para a estratégia de defesa francesa: proteção, dissuasão e intervenção. Declara que um reforça o outro e são dissociáveis, porque a proteção dos interesses e da população francesa só é possível com a manutenção de sua capacidade de dissuasão nuclear e de intervenção. O país declara que estas condições devem ser garantidas sob uma estrutura de efetiva política de defesa europeia (FRANCE, 2013, p. 7-8).

Da mesma forma que o Reino Unido, o país declara que a globalização e a maior interconectividade dos países aumenta os riscos à segurança nacional, todavia, diferentemente daquele país que prevê uma ação de forma autônoma, a França vê este ambiente como indicador da necessidade de maior cooperação para o compartilhamento de capacidades militares e civis (FRANCE, 2013, p. 11). O país vê na crise econômica a necessidade de aprimorar as capacidades europeias sob a sua liderança. Tendo em vista as iniciativas de Paris

com o Reino Unido (Entente Frugale) e com a Alemanha (no encontro de ministros de junho de 2015), configura-se o seu papel como elo entre os dois países:

Nossos parceiros são, primeiramente e acima de tudo, os Estados membros da União Europeia, com os quais a França dividiu por mais de meio século destino comum. Para a França, este é mais um motivo para prestar atenção às suas próprias capacidades nacionais. Em um contexto estratégico no qual se espera que os europeus adquiram grande responsabilidade por sua própria segurança, um movimento em direção a uma resposta mais coletiva da UE exigirá conjugação de recursos e compromisso forte e coordenado de todos os seus Estados-Membros; a crise financeira torna isso ainda mais urgente. Por sua parte, a França acredita que será possível contribuir de forma mais efetiva para uma resposta coletiva se ela for capaz de reter sua capacidade de iniciativa e liderança (FRANCE, 2013, p. 11, tradução nossa)⁷.

A França adota um discurso de associação de sua segurança com a segurança da Europa, como se os interesses do país e do bloco fossem idênticos.

Está no interesse europeu – e francês – que nenhuma ameaça surja em seu ambiente próximo. Consequentemente, a segurança dos vizinhos da União Europeia é uma prioridade para a França. Como seus outros vizinhos europeus, a França não pode se permitir escolher entre as diferentes “fronteiras” da Europa – elas são todas de igual importância para a segurança a longo prazo do continente (FRANCE, 2013, p. 53, tradução nossa)⁸.

A França elenca então, o leste europeu como uma região frágil para a segurança europeia e defende que as relações com a Rússia devem ser mantidas e consolidadas, pois somente assim se conseguirá a paz e estabilidade da região. Posição semelhante adota a Alemanha. De forma geral, o país defende o continente africano (estão inclusos o Mediterrâneo, especialmente o norte da África; o Sahel africano, da Mauritânia ao Chifre Africano; a África sub-saariana e a fachada atlântica do continente pelo desenvolvimento de relações mais profundas com a América Latina) como estratégico para a sua segurança nacional, pois nele estão uma densa rede de negócios, bem como inúmeros cidadãos franceses. Assim, o suporte e o

⁷ Do original em inglês: “Our partners are, first and foremost, the Member States of the European Union, whose common destiny France has shared for more than half a century. For France, this is a further reason to pay careful attention to its own national capabilities. In a strategic context in which Europe is expected to shoulder greater responsibility for its own security, a move towards a more collective EU response will require pooling of resources and strong, coordinated commitment from all its Member States; the financial crisis makes this even more urgent. For its part, France believes that it will be able to contribute more effectively to a collective response if it is able to retain its capacity for initiative and leadership”.

⁸ Do original em inglês: “It is in Europe’s – and France’s – interest that no threat emerges in its near environment. Hence, the security of the European Union’s neighbours is a priority for France. Like its other European neighbours, France cannot afford to choose between the different “borders” of Europe – they are all of equal importance for the continent’s long-term security”.

estabelecimento de uma arquitetura de segurança coletiva na África é prioridade para a França (FRANCE, 2013, p. 53-54).

Nem todos os nossos parceiros e aliados dão o mesmo peso para a importância estratégica para a Europa, de seus vizinhos do leste, do Mediterrâneo e da parte da África do Sahel à África Equatorial. No entanto, para a França, não há dúvida de que estas regiões são de interesse prioritário para o conjunto da União Europeia, e que uma visão comum dos riscos e ameaças, é desejável e urgente. É ainda mais importante afirmar esta prioridade europeia coletiva em que os nossos aliados americanos e canadenses esperam que nós assumamos uma parte essencial de nossas responsabilidades em regiões onde eles se consideram menos diretamente engajados (FRANCE, 2013, p. 55, tradução nossa)⁹.

Determina também que a região árabe-persa é importante para o mundo inteiro devido à sua propensão (especialmente do Irã) a desenvolver armas de destruição em massa, por suas grandes reservas de combustíveis fósseis, por ser rota de comércio mundial e por abrigar bases militares francesas (FRANCE, 2013, p. 55-56). Por fim, o país elenca Alemanha e Reino Unido como seus parceiros estratégicos e defende a reforma do Conselho de Segurança de ONU com a entrada da Alemanha como membro-permanente. Afirma também, que todas as iniciativas bilaterais do país são desenvolvidas visando a sua abertura aos demais países do bloco (FRANCE, 2013, p. 20-21).

3.1.3 Política de Segurança e Defesa Alemã

O país elenca (assim como França e Reino Unido) o terrorismo, a proliferação de armas de destruição em massa e o comércio ilegal de armas como ameaças à sua segurança e determina como causas os conflitos regionais e a desintegração estatal. Além disso, coloca como estratégico: sua segurança energética através da diferenciação da matriz energética e do diálogo e cooperação com os países produtores e de trânsito (diferentemente da postura intervencionista de França e Reino Unido); a migração ilegal e as epidemias e pandemias mundiais (GERMANY, 2006, p. 14-20). O país defende que os interesses alemães serão melhor alcançados em uma União Europeia mais efetiva. Berlin elenca as relações em eixo franco-alemãs como o motor da integração europeia (GERMANY, 2006, p. 33).

⁹ Do original em inglês: “Not all our partners and allies give the same weight to the strategic importance, for Europe, of its eastern neighbours, the Mediterranean and the part of Africa from the Sahel to Equatorial Africa. However, for France there is no doubt that these regions are of priority interest for the whole of the European Union, and that a common vision of the risks and threats is both desirable and urgent. It is even more important to affirm this collective European priority in that our American and Canadian allies expect us to assume an essential share of our responsibilities in regions where they consider themselves to be less directly concerned”.

O país defende a cooperação e manutenção de boas relações com a Rússia, pois sem ela a estabilidade e a segurança da Europa não poderiam ser alcançadas. Elenca, assim como a França, o leste europeu como região importante para a segurança europeia e que a estabilidade do bloco somente será alcançada quando estes países se integrem às dinâmicas euro-atlânticas. A região centro-asiática também é caracterizada como importante para a segurança do país por ser rota de gasodutos e de tráfico. O Oriente Médio também é essencial para a segurança nacional devido aos seus problemas sociais e por ser rico em recursos energéticos. A Alemanha prevê o aumento das relações com a China e a Índia. Cabe destacar que o país declara seu engajamento em estabilizar e melhorar as estruturas estatais dos países africanos em especial da África subsaariana (GERMANY, 2006, p. 47-49).

Com o lançamento em 2011 do documento que descreve a política de defesa alemã, o país se aproximou mais do discurso francês e inglês, pois: acrescentou como ameaças os desastres naturais, climáticos e tecnológicos e adotou um discurso mais forte de comprometimento com a necessidade de ter capacidade de resposta rápida a crises em qualquer lugar do mundo (acrescentando maior propensão a ações multilaterais além-teatro não vista em seu Livro Branco de Defesa Nacional de 2006) (GERMANY, 2011a, p. 1-2). Neste sentido, o país declara que os interesses de segurança da Alemanha incluem também o elemento da prevenção de ameaças, bem como um discurso mais ativo (assim como França e Reino Unido) de defender o livre acesso aos recursos naturais e aos mares (posição mais assertiva do que o diálogo defendido no Livro Branco) (GERMANY, 2011a, p. 4). Defende também a manutenção da OTAN e da parceria estratégica com os Estados Unidos como essenciais para a segurança europeia. Para tanto, elenca o aprofundamento da cooperação em segurança e defesa no continente como forma de manter a eficiência desta parceria. Assim, almeja o aprofundamento do desenvolvimento e uso conjunto de equipamentos militares, bem como a construção de uma base industrial de defesa europeia (GERMANY, 2011a, p. 8).

A Alemanha prevê para 2016 o lançamento de seu novo Livro Branco de Defesa Nacional (o que coincide com o lançamento da nova estratégia europeia de segurança e defesa) (GERMANY, [2015a]). Como prévia, o discurso da Ministra da Defesa alemã Ursula von der Leyen por ocasião do 51º Conferência de Segurança de Munique em 2015, nos mostra um novo conceito para a posição de liderança que a Alemanha estaria pronta para tomar no mundo: liderança pelo centro. Isto significa contribuir com as melhores capacidades e recursos para as alianças e parcerias (LEYEN, 2015, p. 3). Este novo conceito declara que tem como objetivo dar meios para os parceiros com menos recursos contribuírem de forma mais igual para a segurança mundial, a fim de combinar as suas respectivas capacidades. Ou

seja, desenvolver as capacidades destes países de promoverem a segurança em suas regiões (como exemplo o país elenca suas ações no Mali, Afeganistão, Somália e Iraque). Esse novo conceito seria a estratégia adotada pelo país em um mundo cada vez mais baseado em redes. Isto é, o novo conceito alemão é uma espécie de argumento e de justificativa para o maior engajamento do país além-teatro. Para tanto, o discurso citado coloca como desafio a constituição alemã, bem como a opinião pública:

Liderança pelo centro também significa que duas coisas precisam vir juntas: a vontade de agir e a capacidade de agir. Portanto, nós mostramos com o mandato do Iraque para nossos soldados que o direito alemão deixa espaço para agir se os interesses humanitários e de segurança assim requerem. Isso é porque nós estamos trabalhando pesado para trazer os armamentos e equipamentos da Bundeswehr em um estado que aumente nossa capacidade de alcançar nossos comprometermos nas parcerias e na Aliança no longo prazo (LEYEN, 2015, p. 5, tradução nossa)¹⁰.

Da análise das doutrinas declaradas percebe-se, portanto, maior engajamento francês e inglês do que alemão em operações além-teatro e investimento em capacidade de projeção. Entretanto, o discurso da Alemanha vem abrindo espaço para participação mais efetiva do país também nestas esferas. Na determinação de áreas geográficas estratégicas, percebe-se que o Reino Unido dá ênfase à África e ao Oriente Médio, a Alemanha à África e ao leste europeu e a França para África, Oriente Médio e leste europeu. Assim, evidencia-se que a França adota uma postura de convergência com os interesses alemães e ingleses. Esta análise nos servirá de base para o estudo da evolução da cooperação em segurança e defesa na Europa após a assinatura dos Acordos de Lancaster. Veremos como as estratégias de cada país, especialmente o fato de a França se configurar como elo entre as posições alemã e britânica, está relacionada à dinâmica própria da Entente Frugale e à polarização no continente.

3.2 A ENTENTE FRUGALE

Entente Frugale é o nome informal dado a um conjunto de acordos firmados entre França e Reino Unido pós-Crise Econômica de 2008 que selam a cooperação militar e nuclear entre ambos os países. Eles determinam o desenvolvimento conjunto de capacidades nucleares e de projeção (porta-aviões), bem como de sistemas de comando, controle,

¹⁰ Do original em inglês: “Leadership from the centre also means that two things must come together: The will to act and the capability to act. Therefore, we have shown with the Iraq mandate for our soldiers that the German law leaves room to act if humanitarian and security policy interest so require. This is why we are working hard to bring Bundeswehr armaments and equipment into a state that ensures our capability of meeting our commitments in partnerships and in the Alliance in the long term”.

comunicações, vigilância e reconhecimento. Dessa forma, evidencia-se que ambos os países estão aproximando suas estratégias nacionais. A aliança militar é composta por dois tratados fundadores e uma declaração conjunta (os Acordos de Lancaster de 2010 e Declaração de Cooperação em Defesa e Segurança) e intensificada por outra declaração e acordo (Encontro de RAF Brize Norton e Acordos em Farnborough Air Show). A Entente Frugale possui duas dimensões: a jurídica e a concreta. Isto é, o que se acordou oficialmente nos documentos e o que aconteceu na realidade (valor dos contratos no setor de defesa, exercícios conjuntos, posição em conflitos recentes...). Nesta seção analisa-se a parte jurídica dos acordos.

3.2.1 Acordos de Lancaster 2010

Os Acordos de Lancaster são dois acordos firmados entre França e Reino Unido em novembro de 2010 em Lancaster House, Londres. São eles: Tratado de Cooperação em Segurança e Defesa e de Facilidades Radiográficas e Hidrodinâmicas Conjuntas. O primeiro determina as bases para a cooperação em segurança e defesa e o segundo se refere às capacidades nucleares. Ademais, compõe as iniciativas fundadoras da Entente Frugale, a Declaração Conjunta de Cooperação em Segurança e Defesa.

3.2.1.1 Tratado de Cooperação em Segurança e Defesa entre Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte e a República Francesa.

Os países reafirmaram o papel da OTAN, da União Europeia e da ONU como provedores de segurança no Sistema Internacional, bem como reafirmaram o seu comprometimento com a defesa coletiva e com os seus papéis como atores centrais no fortalecimento de tais instituições. Para tanto, alegaram que o acordo visava fortalecer seus direitos e obrigações nestas alianças. Ademais, ambos reafirmaram o que já haviam declarado em St. Malo de que os interesses vitais de um não podem ser ameaçados sem necessariamente ameaçar os do outro (UNITED KINGDOM OF GREAT BRITAIN AND NORTHERN IRELAND, 2010a, p. 3).

De forma geral, o tratado visa alinhar as políticas tecnológicas e de desenvolvimento conjunto para fortalecer a base industrial de defesa de ambos e aumentar a efetividade e a interoperabilidade de suas forças armadas, constrangidas pelos cortes de orçamento derivados da crise econômica de 2008. De forma específica o acordo visa (UNITED KINGDOM OF GREAT BRITAIN AND NORTHERN IRELAND, 2010a, p. 4-5; 7-8):

- a) coordenar o desenvolvimento, aquisição, manutenção de equipamentos, material e serviços e facilitar a exportação de equipamentos produzidos conjuntamente;
- b) desenvolver capacidades conjuntas para atuar nas operações sob mandato da ONU, da OTAN, da União Europeia e em caso por caso nas missões de somente um dos países;
- c) condução de exercícios conjuntos, desenvolvimento conjunto de doutrina militar, desenvolvimento conjunto e compartilhamento (pooling and sharing – P&S) de materiais, equipamentos e serviços e alinhar as políticas de aquisição de armamentos;
- d) desenvolvimento de centros de excelência tecnológica;
- e) compartilhamento de dados de inteligência, como informações referentes ao processo político, de planejamento e de tomada de decisão que envolva o planejamento, lançamento e comando e controle de operações civis e militares. Ademais, visam também a troca de informações referentes ao desempenho de sistemas e equipamentos de defesa;

Não houve a determinação do prazo de duração dos tratados. O acordo entrou em vigor em junho de 2011 após ratificação de ambos os países (UNITED KINGDOM OF GREAT BRITAIN AND NORTHERN IRELAND, 2010a, p. 9-10).

3.2.1.2 Tratado de Facilidades Radiográficas e Hidrodinâmicas Conjuntas entre Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte e a República Francesa.

Os dois países declararam que visam manter uma capacidade nuclear mínima de acordo com as previsões da OTAN (afirmando que ela contribui para a segurança da Europa), mantendo-as no mais alto nível de segurança com o menor custo possível. Por isso afirmaram a cooperação no campo tecnológico, científico e industrial. O acordo ainda não foi ratificado pelos países. Ele prevê (UNITED KINGDOM OF GREAT BRITAIN AND NORTHERN IRELAND, 2010b, p. 3-7):

- a) intercâmbio de informações para a segurança de suas armas nucleares;
- b) construção de instalação radiográfica e hidrodinâmica na França (cidade de Valduc) para testes nucleares e de um centro de desenvolvimento tecnológico para manutenção dos armamentos no Reino Unido (cidade de Aldermastor). Para tanto, uma equipe mista deveria ser formada para o compartilhamento e desenvolvimento

de tecnologias. O acordo prevê a manutenção de algumas características soberanas (como o comando das instalações) a fim de manter a segurança de informações e operações nacionais. O acesso às instalações do outro país tem duração de 50 anos e deve ser feita somente com autorização.

- c) os órgãos responsáveis pela aplicação do programa nuclear de cada país devem se encontrar no mínimo uma vez por ano.

3.2.1.3 Declaração de Cooperação em Defesa e Segurança

França e Reino Unido declararam que possuem interesses e responsabilidades compartilhadas com a segurança e defesa da Europa por serem países nucleares e que por isso almejam papel de liderança neste assunto. Reafirmaram as ameaças que o terrorismo, os ciberataques e as armas de destruição em massa representam, defendendo o compromisso com capacidade de ação rápida e de interoperabilidade com os aliados. Declararam também o alinhamento nas medidas para prevenção e confronto de ataques e grupos terroristas. Chamaram por um novo comprometimento da OTAN com a segurança do território europeu, afirmando apoio ao desenvolvimento do projeto do Escudo Antimíssil na Europa. Acordaram em (UNITED KINGDOM, 2010c):

- a) desenvolvimento de uma Força Expedicionária Combinada Conjunta (CJEF- sigla em inglês). Ela terá participação das três forças armadas. O componente terrestre será composto por formações em nível de brigada. Haverá também componente marítimo e aéreo com suas estruturas de comando, controle e funções logísticas compartilhadas. Esta força estará disponível para uso pelo OTAN, ONU e União Europeia, mas não terá estrutura permanente;
- b) standardização dos porta-aviões de ambos, a fim de criar interoperabilidade para os seus aviões. Visam desenvolver até 2020 um grupo de porta-aviões conjunto;
- c) treinamento e suporte integrado dos aviões de transporte A400M dos dois países. Visam com isso reduzir custos e abrir caminho para uma maior cooperação em matéria de manutenção, logística e treinamento;
- d) desenvolvimento conjunto de uma nova geração de submarinos nucleares, de equipamentos e de sistemas anti-minas.
- e) cooperação para desenvolvimento de satélites de comunicação previstos para 2018 e 2020;

- f) interoperabilidade entre os aviões cisterna e de transporte de passageiros do Reino Unido com a França;
- g) desenvolvimento conjunto de uma nova geração de Sistema de Vigilância Aéreo Não Tripulado de Alta Resistência e Média Altitude;
- h) estudos para o desenvolvimento conjunto de sistemas de combate aéreo não tripulados. Para tanto, os dois países visam lançar um roteiro tecnológico e industrial conjunto;
- i) plano estratégico de 10 anos no setor de mísseis antiaéreos e bombas no qual irão contratar somente uma empresa europeia.

Visto o elemento jurídico da aliança, passaremos para a análise concreta da Entente Frugale, situando-a nas dinâmicas de segurança e defesa da União Europeia. Dessa forma, poderemos verificar na prática como se relacionam os interesses nacionais de Alemanha, França e Reino Unido e como a aliança franco-britânica se insere neste ambiente.

3.3 A ENTENTE FRUGALE NA EVOLUÇÃO DA ARQUITETURA DE SEGURANÇA E DEFESA EUROPEIA

Chama atenção que um mês após a formação da Entente Frugale, houve um encontro entre os ministros da defesa dos Estados membros da União Europeia no qual eles acordaram na criação de um novo plano de cooperação militar: a Estrutura Ghent para compartilhamento e desenvolvimento conjunto de capacidades militares. A iniciativa visava desenvolver uma abordagem coordenada entre os países do bloco para os cortes nos orçamentos de defesa (NAGLIS, 2013, p. 15). Tal iniciativa teve a mesma motivação econômica da Entente Frugale. Entretanto, ela não logrou sucesso devido ao fato de ter sido focada somente no movimento de coordenar os cortes nos orçamentos, em vez de ter desenvolvido uma análise completa de quais capacidades a Europa deveria desenvolver e por quais razões (NAGLIS, 2013, p. 15). Ademais, a OTAN lançou uma iniciativa similar: a Defesa Inteligente, desenvolvendo uma rede de cooperação dentro da Aliança. Apesar do insucesso inicial da Estrutura Ghent em coordenar os projetos conjuntos, ela veio dar maior abrangência ao movimento de cooperação e otimização dos gastos em defesa iniciado com a criação da OCCAR em 1998 e intensificado pela Entente Frugale. Como salienta Biscop e Coelmont (2011, p. 2) a iniciativa pode servir de estepe para a construção de uma rede para troca de informação para o planejamento de defesa coordenado dos europeus. Ademais, ela pode ter servido de impulso para as negociações de fusão entre as empresas BAE Systems e EADS.

3.3.1 A Entente Frugale na Guerra da Líbia

Da análise da participação da Entente Frugale e da Alemanha na Guerra da Líbia, percebe-se que cada país agiu de acordo com interesses e condicionantes próprios. Entretanto, a convergência dos interesses entre França e Reino Unido efetivou a aliança militar firmada em Lancaster. A posição alemã foi influenciada pela opinião pública e o país manteve-se oficialmente distante das ações militares, apesar de seus interesses econômicos serem beneficiados pela ação franco-britânica.

Em fevereiro de 2011, iniciaram-se os protestos na Líbia como parte dos movimentos da Primavera Árabe (IISS, 2012, p. 12). Em 17 de março, a resolução 1973 do Conselho de Segurança da ONU autorizou por 10 votos a favor e cinco abstenções (uma delas da Alemanha), a imposição de uma zona de exclusão aérea sobre o país. Em 19 de março a França, o Reino Unido, os Estados Unidos, o Canadá e a Itália iniciaram ataques ao país, bombardeando instalações civis e militares do governo (VISENTINI, 2014, p. 292-293). Segundo Visentini (2014, p. 294-297), a Resolução da ONU foi utilizada como justificativa para a intervenção e apoio principalmente de França e Reino Unido aos rebeldes. Ademais, em abril de 2011, a OTAN assume a direção das operações e Estados Unidos e os demais países se afastam (questionando a legalidade da intervenção), deixando quase que exclusivamente a operação nas mãos de França e Reino Unido. Para entender a motivação dos dois países para o engajamento na guerra, deve-se ressaltar que a Líbia possui imensas reservas de gás natural e petróleo e posição estratégica no Mar Mediterrâneo. Kadafi teria:

[...] cancelado a compra de caças franceses Rafale, intentava transferir grandes somas dos bancos franceses e ingleses para a China (devido à crise bancária na Europa) e estava redistribuindo contratos de petróleo (para os Estados Unidos, Brasil e países asiáticos) em detrimento de grupos europeus [...]. Além disso, com a forte crise de liquidez e competição energética, os europeus viram uma presa fácil numa vasta, rica e despovoada nação, governada por um líder autista e desgastado por quatro décadas de poder. E não perderam a oportunidade de implantar um regime aliado, que forneceu contratos de petróleo e reconstrução de estruturas (por eles destruídas) aos “amigos que libertaram a Líbia”. Outro fator é a necessidade de deslocar bases ocidentais do incerto Egito e de manter a China longe da região. (VISENTINI, 2014, p. 297).

A União Europeia se posicionou formalmente contra o governo Kadafi e pediu a sua deposição. Desenvolveram também uma missão para ajuda humanitária (COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION, 2011a). A posição alemã na guerra foi alvo de polêmicas. O país se declarou contra o governo Kadafi, mas se absteve na resolução do Conselho de Segurança da

ONU e decidiu não contribuir com a OTAN na missão. Tal decisão foi feita sob alegação do governo de que não havia interesses alemães envolvidos na guerra. Entretanto, empresas multinacionais alemãs tinham grande presença na Líbia: a Wintershall teria investido dois bilhões de euros no país (configurando-se como a maior empresa de petróleo estrangeira na Líbia) e a Siemens estaria envolvida em grandes projetos de infraestrutura (SCHWARZ; LANDIER, 2011¹¹ apud RAJAD, [2012], p. 33). Segundo o jornal alemão Spiegel, a Alemanha teria contribuído com bombas e soldados para as ações da OTAN (GEBAUER, 2011). Isso, aliado ao fato de que a maioria da população alemã era contra a participação do país na guerra, pode ser considerado resquício da memória da Segunda Guerra Mundial, que leva a elite e o Estado alemão a não se engajar fortemente e oficialmente no uso militar como defesa da economia nas operações além-teatro (SCHWARZ; LANDIER, 2011, apud RAJAD, [2012], p 33; GERMANY'S, 2011).

A campanha franco-britânica na Líbia foi a primeira prova da aliança militar firmada em Lancaster e demonstrou efetividade no sentido de ter aliado as posições de ambos os países e por ter efetivamente desenvolvido uma força conjunta no âmbito da Força Expedicionária Combinada Conjunta (CJEF). A ação militar utilizou uma força de ação rápida, com unidades nacionais já existentes. Segundo os dois países, essa cooperação permitiu identificar falhas na interoperabilidade e redefinir o caminho a ser seguido para a construção efetiva da força conjunta (FRANCO-BRITISH COUNCIL DEFENCE, 2011).

Todavia, a Guerra da Líbia expôs mais uma vez (como na Guerra da Iugoslávia) as limitações militares europeias. França e Reino Unido utilizaram as capacidades americanas de inteligência, vigilância e reconhecimento, logísticas e de armas de precisão (IISS, 2013, p. 12-14). A ação indireta dos Estados Unidos aumentou a pressão americana para divisão de custos na Aliança. De maneira geral, as operações expuseram as falhas de capacidade militar e de engajamento da OTAN como um todo. Segundo analistas americanos, isso seria consequência dos cortes nos orçamentos de defesa dos países europeus (IISS, 2012, p. 12; 17). Dessa forma, pode-se concluir que a guerra demonstrou que a aliança entre Paris e Londres pode ser efetiva e que há pressão por parte dos Estados Unidos para que a Europa desenvolva capacidades militares eficientes, a fim de “dividir” o custo da segurança internacional. Ademais, mesmo que a Alemanha não tenha participado diretamente das operações os seus interesses foram convergentes com os de França e Reino Unido.

¹¹ SCHWARZ, Peter; LANDIER, Alex. **German Imperialism and the Crisis in Libya**. Global Research: [S.I.], 2011.

Chama atenção que em maio de 2011, durante as operações na Líbia, ocorreu a Conferência para Desenvolvimento Conjunto e Compartilhamento Militar (P&S – sigla em inglês) entre os ministros da defesa da União Europeia em uma tentativa de aprofundar a Estrutura Ghent criada em dezembro de 2010. Segundo Dowdall (2011), o fracasso da Europa em desenvolver um programa efetivo e consistente de P&S se deve ao fato de que os militares e políticos negligenciam a necessidade de determinar o grau de P&S proposto e de determinar os ganhos e custos da cooperação. Isso levaria ao desentendimento na proposição de iniciativas e à desconfiança quanto ao grau de dependência a que poderia levar os programas de cooperação. Como resultado há duplicação de iniciativas de desenvolvimento de capacidades militares e desperdício no orçamento de defesa europeu.

Em julho de 2011 foi criado o Grupo de Combate do Triângulo de Weimar entre Alemanha, França e Polônia a fim de servir como suporte, a partir de 2013, à rotação das Forças de Reação Rápida da União Europeia. O grupo vinha sendo desenvolvido desde 2006 e conta com 1.700 soldados. A Polônia provê a maioria da tropa combatente e um batalhão mecanizado. A Alemanha disponibiliza o suporte logístico e a França o suporte médico e a sede do centro de comando. Apesar de ser simbólica a presença francesa, o grupo de combate representa a manutenção do Triângulo de Weimar criado em 1992 para promover a cooperação entre os três países após a Guerra Fria (GERMANY, 2011b).

3.3.2 A Entente Frugale na Guerra da Síria e contra o Estado Islâmico

A Guerra da Síria e contra o Estado Islâmico demonstra o alinhamento europeu às políticas americanas, bem como o alinhamento dos interesses estratégicos de Alemanha, França e Reino Unido na manutenção de influência ocidental na região. A Entente Frugale não exerceu ação decisiva na Guerra, mas houve ações conjuntas francesas e inglesas para a contenção do grupo Estado Islâmico. Os recentes atentados terroristas na França (13 de novembro de 2015) podem servir para uma maior aproximação entre as políticas de segurança e defesa de Alemanha, França, Reino Unido, União Europeia e Estados Unidos. Eles também podem servir como catalisador da posição francesa de motor da integração securitária, caso a União Europeia aceite a invocação francesa da cláusula de assistência mútua introduzida pelo Tratado de Lisboa (TAYLOR; EMMOTT, 2015).

Em 2011 eclodiram manifestos na Síria pedindo por maior participação política. Segundo Visentini (2014, p. 207-209), o conflito na Síria envolve questões centrais no sistema regional e mundial, pois há inúmeras forças atuando na região (grandes potências e

potências regionais). Isso se deve devido à posição geográfica e política do país: a Síria é aliada do Irã, o que a torna essencial para a expansão da influência iraniana na região. Além disso, tem relações próximas com a Rússia. A Síria configura-se como uma relevante Linha de Comunicação Marítima, pois é uma importante rota para transporte energético e comercial, bem como serve de porto russo ao Mediterrâneo (importante base de projeção russa à Europa). Ademais, o país possui fronteiras porosas com o Iraque. Portanto, os Estados Unidos e a Arábia Saudita temem que a Síria, o Irã e o Iraque virem um “triumvirato regional estratégico” (VISENTINI, 2014, p 208). Oficialmente nenhum país interviu na guerra civil, mas há indícios de financiamento externo ocidental a grupos de oposição e russo ao governo. A posição europeia e americana foi coordenada, declarando (em 18 de agosto de 2011) que ambos demandavam a saída do presidente Bashar al-Assad’s devido ao excessivo uso da força pelo governo contra civis.

O Grupo Estado Islâmico do Iraque e Levante (ISISL – sigla em inglês) aumentou a sua força após a intensificação da Guerra na Síria e especialmente a partir de 2014 se espalhou para territórios do Iraque, Síria e Líbano (VISENTINI, 2014, p. 201). Eles almejam a criação de um Estado islâmico em partes da Síria ao Iraque. Em setembro de 2014, os Estados Unidos lideraram uma coalizão para combater o grupo terrorista. Desde então, Alemanha, França, Reino Unido, Emirados Árabes, Qatar, Austrália, Holanda e outros países participam das ações militares (FANTZ, 2014). O Reino Unido está armando as tropas curdas, que dão suporte ao governo do Iraque e fazendo ataques aéreos às posições estratégicas do grupo. A França também faz bombardeios, voos de reconhecimento e presta ajuda humanitária. Ademais, juntamente com Austrália e Reino Unido conseguiram parar o avanço do grupo na cidade iraquiana de Amerli, demonstrando mais uma vez o engajamento militar conjunto. O auxílio alemão é menos direto. O país enviou assistência militar para a região curda e presta treinamento militar para os soldados que atuarão na região (FANTZ, 2014). A União Europeia condena o grupo terrorista e apoia as ações da coalizão para barrar o avanço do ISISL. Além disso, o bloco vem prestando assistência humanitária a Síria (EUROPEAN COUNCIL, 2013, p. 24) e pressiona o país a desmantelar totalmente o seu programa de armas químicas (EUROPEAN EXTERNAL ACTION, [2012]).

Devido à intensificação do conflito na Síria, agravado pela expansão do grupo Estado Islâmico e pelo apoio da Rússia ao governo sírio Assad, Estados Unidos, Reino Unido e Alemanha (que recebe grande quantidade de refugiados) vem amenizando o seu discurso, defendendo que Assad poderia participar temporariamente de um governo de transição. Já

França e União Europeia defendem que o presidente é a fonte do problema e não deve participar da transição (BLACK, 2015).

As ações agressivas, ameaças, os atentados do grupo à Europa (notadamente o ataque ao jornal francês Charlie Hebdo no início de 2015 e os atentados à França em novembro de 2015) e a onda de refugiados que chega ao continente justificam e legitimam perante a sociedade a adoção pelos países europeus de políticas de segurança e defesa contra o terrorismo e às armas de destruição em massa, fazendo surgir maior coesão entre eles, bem como deles com os Estados Unidos. A população francesa é a favor de uma intervenção do país na Síria (IRISH, 2015) e após os atentados em novembro, o presidente Hollande intensificou os ataques ao ISISL e declarou que a França está em guerra (BREEDEN, 2015). A isso se seguiu a invocação por Paris, pela primeira vez, da cláusula de assistência mútua da União Europeia estabelecida no Tratado de Lisboa (TAYLOR; EMMOTT, 2015). Assim, esta conjuntura pressiona os países europeus a adotarem posições mais assertivas em seus engajamentos além-teatro e contra o terrorismo. A crise pressiona também o bloco a delimitar maior efetividade e coordenação na sua política externa e de segurança, frente às ondas de refugiados que chegam a Europa.

Em novembro de 2011 ocorreu o Conselho das Relações Exteriores da União Europeia. Nele o bloco desenvolveu o Quadro Estratégico para o Chifre Africano a fim de guiar o engajamento europeu na região. Determinaram a criação de um Representante Especial Europeu para o Chifre Africano. Declararam a necessidade de proteção dos cidadãos europeus contra as ameaças que advém da região (como o terrorismo, a pirataria e a proliferação de armas) e reconheceram a posição geoestratégica do Chifre Africano para as Linhas de Comunicação Marítimas (especialmente para o Programa Mundial de Alimentos). Determinou-se que engajamento europeu na região será através do suporte às iniciativas regionais (União Africana, Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento), apoio às iniciativas nacionais de busca dos princípios ocidentais de democracia, direitos humanos, estado de direito, entre outros e da manutenção da operação militar contra pirataria (COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION, 2011b, p. 1-2) que vem sendo desenvolvida desde 2008 (EUROPEAN UNION, 2015b). Determinaram também a assistência humanitária à região na quantia de 760 milhões de euros. O bloco europeu afirmou o interesse na segurança da agricultura destes países. Para tanto, alegaram que a eficácia das assistências depende das políticas locais de apoio à agricultura e pecuária e de controle transfronteiriço (COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION, 2011b, p. 1-2). Percebe-se, assim, o alinhamento das políticas declaradas de Alemanha, França, Reino Unido e União Europeia para a África.

Novamente (como após a Guerra da Iugoslávia), França e Reino Unido se mobilizaram após a dependência dos americanos na Guerra da Líbia e em fevereiro de 2012 aprofundaram a Entente Frugale. Isso ocorreu em meio à turbulência da instabilidade na Síria e após as tentativas da Estutura Ghent e da Conferência para Compartilhamento e Desenvolvimento Conjunto Militar de desenvolver a interoperabilidade e a otimização dos gastos de defesa militar entre os países europeus. Assim, nesta data ocorre a intensificação dos Acordos de Lancaster por uma Declaração Franco-Britânica em Segurança e Defesa e pelo Exercício Militar Franco-Britânico Corsican Lion no Mediterrâneo. Essa declaração, feita após a Guerra na Líbia, demonstra semelhança com a Declaração Bilateral de St. Malo após a Guerra na Iugoslávia e com a Declaração de Le Touquet durante a Guerra no Iraque. Em todas, após a percepção de dependência europeia de capacidades americanas e do menor engajamento deste país em bancar os custos de tais operações, houve aproximações entre França e Reino Unido. Nelas os dois países estreitaram a cooperação e defenderam uma Europa mais coesa e forte nas questões de segurança e defesa. Este fato caracteriza a cooperação europeia como reativa em vez de ativa.

3.3.3 Declaração Franco-Britânica em Segurança e Defesa 2012 e Exercício Militar Franco-Britânico Corsican Lion

A declaração reafirmou a aproximação doutrinária entre os dois países, demonstrando o alinhamento de suas estratégias nacionais. Afirmaram que a maior cooperação nas áreas de indústria de defesa, operações e inteligência permite que os países defendam os seus interesses estratégicos e que possam exercer pleno papel como líderes na OTAN, União Europeia e ONU. Reafirmaram as ameaças à segurança internacional: armas e mísseis de destruição em massa, terrorismo, ciber ataques e ameaças à liberdade dos mares e do espaço (UNITED KINGDOM, 2012). Chama atenção que tais declarações encontram paridade no Livro Branco Britânico e precedem o novo Livro Branco Francês lançado em 2013 (PANNIER; SCHMITT, 2014).

Reafirmaram a necessidade de uma efetiva Política de Segurança e Defesa Comum na União Europeia para que ela desenvolva o seu papel completo na manutenção da ordem mundial juntamente com a OTAN e a ONU. Assim, chamaram os demais países europeus para uma forte cooperação e parceria para o desenvolvimento flexível, implementação, interoperabilidade e treinamento militar das capacidades europeias. Confirmaram que os

interesses estratégicos de um país estão diretamente ligados ao outro, pois a segurança de um deles não pode ser ameaçada sem ameaçar a do outro (UNITED KINGDOM, 2012).

Decidiram também pela priorização da cooperação em: comando e controle, sistemas de informação, inteligência, vigilância, segmentação, reconhecimento e munição de precisão (exatamente na área em que dependeram de auxílio americano na Guerra da Líbia). No que tange à cooperação no quesito porta-aviões, eles reassumiram a cooperação na construção de um grupo conjunto marítimo para 2020. Desenvolveram o Programa MALE (visa o desenvolvimento de um drone de alta resistência e média altitude) e pretendem fechar um contrato com a BAE e Dassault para estudar os riscos e oportunidades de seu desenvolvimento. Reforçaram a continuidade dos estudos para o desenvolvimento dos satélites de comunicação conjuntos (UNITED KINGDOM, 2012). A construção da instalação radiográfica e hidrodinâmica para manutenção dos armamentos nucleares na França foi iniciada e está dentro do cronograma, apesar de o Tratado não ter sido ratificado (BUCKLEY, 2014). No que se refere à cooperação para a interoperabilidade dos porta-aviões, notou-se que a adaptação dos atuais seria custoso e ineficiente. Isso levou os países a detectarem a necessidade de alcançar primeiramente a standardização de seus equipamentos, o que se tornou objetivo de longo prazo para alcançar a eficiência operacional (ZANDEE, 2012, p. 7).

Visando continuar o desenvolvimento da força expedicionária conjunta, em outubro de 2012, França e Reino Unido realizaram o primeiro exercício militar conjunto no Mar Mediterrâneo sob as determinações dos Acordos de Lancaster. A operação naval chamada de Corsican Lion reuniu mais de 5.000 militares franceses e ingleses em manobras navais e anfíbias. Simularam uma intervenção anfíbia em um Estado politicamente fraco com pirataria marítima. A força compreendeu o porta-aviões francês Charles de Gaulle, uma escolta franco-britânica e um submarino de propulsão nuclear francês (EMBASSY OF FRANCE IN LONDON, 2012). Visam o desenvolvimento completo da força expedicionária para 2016. Antes disto, em fevereiro de 2012, pilotos de cada país voaram pela primeira vez nos caças do outro país (ABBAS; JOHN, 2013).

Chama atenção a realização deste exercício militar no Mar Mediterrâneo quase um ano após a criação pela União Europeia do Quadro Estratégico para o Chifre Africano (que determinou o auxílio aos países tidos como frágeis que sofrem com a pirataria) e sete meses (março de 2012) após o Conselho Europeu de Relações Exteriores ativar o Centro de Operações Europeu para coordenar as três missões em curso da PSDC no Chifre Africano (na Somália, Djibouti, Seychellos e Tanzânia) (EUROPEAN FOREIGN POLICY UNIT, [2012], p. 3). Além disso, cabe ressaltar que o bloco iniciou, em abril de 2015, o desenvolvimento da

Missão Militar para o sul do Mar Mediterrâneo visando combater o tráfico de pessoas e conta com participação alemã, francesa e inglesa além de outras (EUROPEAN EXTERNAL ACTION, 2015). Percebe-se assim, uma possível aproximação dos interesses securitários da Entente Frugale com as da União Europeia no geral.

Ocorreu em outubro de 2012 a tentativa de fusão da empresa inglesa BAE Systems e da franco-germânica-hispânica EADS - as duas maiores empresas europeias de armamentos. Isso se deu na onda dos esforços europeus em desenvolver uma política de compartilhamento e uso conjunto de armamentos militares, em coordenar os cortes nos gastos de defesa e após a declaração franco-britânica de 2012.

3.3.4 Tentativa de fusão BAE Systems e EADS

O esforço para iniciar o processo de fusão partiu da inglesa BAE, após grande queda em suas receitas. O desengajamento americano na Guerra do Afeganistão e Iraque diminuiu a aquisição pelos Estados Unidos de veículos de combate britânicos (IISS, 2013, p. 39). Isso demonstra mais uma vez a posição dual do Reino Unido frente aos Estados Unidos e à Europa, se aproximando do último quando o primeiro se afasta. A tentativa não logrou sucesso, levando inúmeros críticos a decretarem o fracasso da construção de uma base de defesa europeia (IISS, 2013, p. 37; HEPHER; HETZNER, 2012). Todavia, tal esforço representou a primeira grande aproximação (seja por necessidade, seja por interesse) entre Alemanha, França e Reino Unido nos assuntos de base industrial de defesa e se configurou como primeiro resultado da Estrutura Ghent. Ademais, a fusão envolve inúmeros interesses estatais e da elite econômica dos países. Dessa forma, é compreensível que significativa ação requiera novos esforços.

O projeto de fusão entre as duas maiores empresas militares da Europa seria centrado no ramo da aeronave civil Airbus, mas também com um ramo militar. A fusão visava fortalecer as empresas frente aos ciclos econômicos, especialmente aos cortes dos orçamentos de defesa pós-crise de 2008. O projeto de fusão barrou nos desentendimentos entre Alemanha, França e Reino Unido em relação ao papel de cada governo na nova empresa e à quantidade de empregos que seriam perdidos (IISS, 2013, p. 37). A base industrial de defesa europeia estava fragilizada com o impacto da crise financeira de 2008 especialmente porque: após os anos 1990 houve pouco esforço para otimizar a indústria europeia, fazendo com que estas empresas se encontrem vulneráveis às reduções nos gastos com defesa e não houve efetiva coordenação das políticas de aquisição dos governos europeus (ou seja, a tentativa da

Estrutura Ghent teria fracasso em alcançar o compartilhamento e uso conjunto) (IISS 2013, p. 38-40). Isso impede as empresas de alcançarem ganhos de escala, encarecendo o produto e levando à perda na concorrência com empresas estrangeiras especialmente americanas. Mesmo que a fusão tenha falhado, é inevitável que haja mudanças na base industrial de defesa europeia, pois o mercado mundial pressiona para um fortalecimento da indústria europeia, caso contrário ela poderá ser extinta (IISS, 2013, p. 39-40).

Ainda em outubro de 2012 houve o Conselho Franco-Alemão de Segurança e Defesa no qual França e Alemanha acordaram em desenvolver assistência humanitária para a Síria e uma iniciativa europeia para suporte às organizações africanas no Mali (pois já vinha ocorrendo instabilidade) (EMBASSY OF FRANCE IN WASHINGTON, 2012).

3.3.5 A Entente Frugale na Guerra do Mali

A Guerra do Mali foi o ponto de convergência das iniciativas anteriores da União Europeia em determinar o alinhamento estratégico entre os países do bloco para a África. A França contou com auxílio britânico para as suas operações e a Alemanha presta assistência às operações do bloco europeu e da ONU. Portanto, pode-se afirmar que a Entente Frugale, a Alemanha e a União Europeia possuem interesses convergentes no continente africano.

Em janeiro de 2013, ocorre a intensificação da instabilidade no Mali e uma força islamita insurgente ameaçava tomar conta do norte do país - região com reservas energéticas. Assim, sob a política de combate ao terror, a França mandou tropas para o país a fim de manter o governo pró-ocidental (VISENTINI, 2014, p. 307). Visentini (2014, p. 307-309) destaca que a investida francesa no Mali pode ter sido para fazer frente à maior presença chinesa em sua área de influência.

Ademais é válido lembrar que o Mali é o terceiro maior produtor de ouro na África, tem apresentado um crescimento significativo da sua exploração de urânio, é rico em recursos naturais diversos (como ferro, bauxita e manganês), apresenta um importante potencial petrolífero e é rota de transporte estratégica para as exportações de petróleo e gás subsaarianas para o Ocidente, o que evidencia a magnitude que o controle do território malinês tem para a França (VISENTINI, p. 307-309).

A ação francesa demonstrou rapidez na adaptação das forças, em sua colocação no teatro de operações e no estabelecimento de corredores logísticos (IISS, 2014, p. 66). Para tanto, as bases francesas no continente africano e as forças pré-posicionadas (em Burkina Faso, Chad e Costa do Marfim) foram essenciais. Ademais, cabe ressaltar que mais uma vez o país não desenvolveu a sua ação de forma autônoma. Durante a principal fase da Operação

Serval, o país necessitou de acesso à capacidade de transporte estratégico, reabastecimento ar, logística e inteligência da Europa, Canadá e Estados Unidos. Isso foi essencial para a manutenção da rapidez na capacidade operacional francesa, impedindo que o grupo jihadista se rearmasse (IISS, 2014, p 66). Os estoques limitados do drone MALE (cuja produção conjunta está prevista na Entente Frugale) para vigilância, reconhecimento e inteligência foram importantes para a operação.

O Reino Unido utilizou, no Senegal, um avião de combate Sentinel R1 com radar de abertura sintética e indicador de alvo em movimento baseado na terra para auxílio nas ações francesas. A União Europeia declarou apoio à França e mandou uma missão militar para treinamento das tropas do Mali. A Alemanha fornece apoio civil e militar para o Mali através de suas ações nas operações militares da ONU MINUSMA, da Europa EUTM e autônomas de ajuda humanitária (GERMANY, 2013). Após a ação, o governo do Mali solicitou que a França estabelecesse uma base militar permanente no país (IISS, 2014, p. 66).

Em 2013 ocorreu o Conselho Europeu de Dezembro. Foi a primeira vez depois que o Tratado de Lisboa entrou em vigor que o Conselho teve um debate temático em defesa. A finalidade do encontro era detectar ações prioritárias para maior cooperação em defesa na Europa. Este esforço foi precedido por um encontro com o secretário geral da OTAN (EUROPEAN COUNCIL, 2013). Chama atenção que por este relatório pode-se ver uma União Europeia cada vez mais intervencionista e atuando além-teatro, podendo ser um reflexo das novas doutrinas de defesa de Alemanha, França e Reino Unido e de suas ações no continente africano e no Oriente Médio.

Concluíram que a Europa deve manter certo nível de investimento militar a fim de preservar os meios necessários para exercer as suas missões. Entretanto, o Conselho detectou que os orçamentos de defesa europeus estão contraídos e a indústria de defesa fragmentada, o que põe em perigo este objetivo. Assim, o relatório chama os Estados membros para cooperarem mais profundamente a fim de aumentar a capacidade de conduzir missões e operações, com suporte de uma mais integrada e competitiva Base Industrial e Tecnológica de Defesa (EUROPEAN COUNCIL, 2013, p. 3). Ademais, focaram na necessidade de aprimorar a capacidade de resposta rápida do bloco:

O Conselho Europeu enfatiza a necessidade de aprimorar as capacidades de resposta rápida da EU, nomeadamente através de grupos de combate da UE mais flexíveis e implementáveis como os Estados-Membros assim o decidirem. Os aspectos financeiros das missões e operações devem ser rapidamente examinados, no contexto do mecanismo Athena de revisão, com uma visão de melhorar o seu sistema de financiamento, baseado em um relatório do Alto Representante. O

conselho Europeu convida a comissão, o Alto representante e os Estados Membros a garantir que os procedimentos e regras para as missões civis possibilitem a União ser mais flexível e acelere o desenvolvimento de missões civis europeias (EUROPEAN COUNCIL, 2013, p. 5, tradução nossa)¹².

Portanto, o Conselho Europeu defendeu: a determinação de uma política europeia para ciber defesa; uma estratégia de Segurança Marítima para 2014, o progresso no desenvolvimento da PSDC para suporte a terceiros países e regiões a fim de auxiliá-los no controle das fronteiras (EUROPEAN COUNCIL, 2013, p. 5).

3.3.6 A Entente Frugale na Crise da Ucrânia

A crise ucraniana não contou com nenhum engajamento da Entente Frugale, somente da França. Isso demonstra que Alemanha e França possui interesses convergentes para o leste europeu, enquanto tal área não é estratégica para o Reino Unido. Tal característica explicita a presença francesa em todas as questões estratégicas para a segurança e defesa do continente europeu, ressaltando o seu papel como núcleo da integração europeia.

Em 2010 Victor Yanukovich assumiu a presidência da Ucrânia e adotou uma política multivetorial, barganhando entre a Rússia e a União Europeia a fim de promover o interesse nacional ucraniano. Ele levou adiante as negociações para entrada do país no bloco europeu, ao mesmo tempo em que firmou em outubro de 2011, um acordo de livre comércio com Armênia, Bielorrússia, Cazaquistão, Moldávia e Rússia, que visava a redução das tarifas de importação e exportação entre esses países (PUTIN ..., 2011) A Ucrânia é um país estratégico tanto para a União Europeia quanto para a Rússia devido a sua posição geográfica. O país juntamente com a Crimeia ocupa 37,5% da extensão da costa do Mar Negro. Nele e no Mar de Azov, estima-se que haja entre 1,5 e 2,3 bilhões de toneladas de gás natural e petróleo. Além disso, é na Crimeia que se encontra a única base russa de águas quentes que possibilita a projeção do país para o Oriente Médio, África e Europa (KÓLOSSOV, 2014). A posição do país no Mar Negro, próxima aos deltas dos rios Danúbio, Dnieper e Dniester, representa um importante caminho de ligação da Europa Central com o Oriente Médio e a Ásia (SHELEST, 2007).

¹² Do original em inglês: “The European Council emphasizes the need to improve the EU rapid response capabilities, including through more flexible and deployable EU Battle groups as Member States so decide. The financial aspects of EU missions and operations should be rapidly examined, including in the context of the Athena mechanism review, with a view to improving the system of their financing, based on a report from the High Representative. The European Council invites the Commission, the High Representative and the Member States to ensure that the procedures and rules for civilian missions enable the Union to be more flexible and speed up the deployment of EU civilian missions.”

É devido a sua importância como rota energética que o país mais se destaca nas relações entre Rússia e União Europeia. O país possui a segunda maior rede de transporte de hidrocarbonetos da Europa: 36.720 km de gasodutos e 4.514 km de oleodutos, atrás apenas da Rússia (BALMACEDA, 2004, p. 5-11). Esse sistema transporta 70% das exportações russas de gás para a Europa e seu maior consumidor é a Alemanha (MALYGINA, 2010, p.10). A Europa e especialmente a Alemanha são dependentes do petróleo e gás natural russo, o qual é quase totalmente exportado através da Ucrânia. Além disso, cabe ressaltar que a possibilidade de entrada da Ucrânia na OTAN pode impactar na capacidade de dissuasão russa, pois o país poderia perder a capacidade de controlar seus sistemas e bases aéreas em seu próprio território caso houvesse a expansão para a Ucrânia do Escudo Antimíssil desenvolvido pelos americanos (PICCOLLI, 2012, p. 25).

A crise ucraniana teve início efetivamente a partir do anúncio do então presidente Yanukovich de desistência do acordo com a União Europeia em 2014 (DIUK, 2014). Ela se estende até hoje, com indícios de ajuda externa para ambos os lados. Os confrontos têm ares de guerra indireta entre o ocidente e a Rússia, levando até alguns autores a defender a emergência de uma Nova Guerra Fria. O conflito coloca em cheque a arquitetura de segurança europeia com a Rússia (MEARSHEIMER, 2014) representada pela OSCE e o futuro da OTAN. Dessa forma, evidencia-se a centralidade do continente europeu como palco das grandes potências (BREZINSKI, 2000).

A União Europeia continua pressionando a Ucrânia para assinatura de acordos comerciais e adota uma posição enérgica quanto ao futuro do país, criticando a influência russa na região (EUROPEAN COUNCIL, 2013, p. 25). Nesta crise, Alemanha e França vêm adotando uma postura central de diálogo entre as partes. Já o Reino Unido permanece distante das negociações (RYNNING, 2015, p. 545). A intermediação da negociação entre a Ucrânia e a Rússia feita por Alemanha e França vem aproximando os dois países e colocando Berlin mais próxima dos Estados Unidos. A Alemanha negocia diretamente com Kiev e a França com Moscou. Isto é resultado da posição alemã na imposição de sanções econômicas à Rússia e de modo geral de sua postura na crise, pois ela impôs uma ruptura no modelo de relação entre Moscou e Berlin desenvolvido nos anos 1990. Isso torna delicada a posição alemã frente à Rússia (FENENKO, 2015).

Pode-se concluir, portanto, que assim como explicitada na sua política declarada, o Reino Unido não vê o leste europeu como estratégico para a sua segurança nacional. Por outro lado, a postura adota por Alemanha e França aproxima os dois países e acrescenta comprovação às suas doutrinas declaradas de importância ao leste europeu e à Rússia.

3.3.7 Encontro de RAF Brize Norton e Acordos de Farnborough Air Show

A França intensificou a Entente Frugale simultaneamente com a aproximação com a Alemanha na crise ucraniana. Esse fato demonstrou mais uma vez o papel central do país como elo entre Berlim e Londres e como o núcleo da integração em segurança e defesa europeia. Em janeiro de 2014, durante o Encontro de RAF Brize Norton, França e Reino Unido reafirmaram as suas iniciativas de cooperação em segurança e defesa. Vale ressaltar que isso ocorreu mesmo com a mudança de governo na França. No encontro os países (UNITED KINGDOM, 2014b):

- a) afirmaram a intenção de construção de um sistema de combate aéreo com investimento de 120 milhões de libras;
- b) concordaram em determinações técnicas para o aumento da efetividade dos programas de intercâmbio para treinamento de pilotos e engenheiros britânicos na aeronave A400M antes da entrega da primeira aeronave inglesa e para o treinamento dos pilotos franceses na aeronave britânica A330 RAF Voyager;
- c) declararam um memorando de entendimento confirmando a aquisição conjunta de uma futura base de lançamento de helicópteros e armas guiadas anti-superfície para ambas as marinhas;
- d) acordaram em um contrato de 10 milhões de libras para o desenvolvimento de um submarino antiminas;
- e) reafirmaram os investimentos nas instalações nucleares britânicas de Aldermaston;
- f) decidiram cooperar nas missões de paz no Mali, Líbia e República Centro Africana;
- g) confirmaram o desenvolvimento da Força Expedicionária Combinada Conjunta;
- h) acordaram em esforços conjuntos para combater problemas de segurança no Norte e África Ocidental. Em particular o terrorismo e o tráfico de drogas e de armas;

Após esse encontro, houve em fevereiro de 2014, o Conselho Franco-Germânico de Ministros – demonstrando a posição francesa de impulsora da construção de uma efetiva estrutura Ghent na Europa. Nele os diretores de armamentos dos dois países assinaram uma Carta de Intenção para relançar a cooperação militar bilateral. Em seu primeiro discurso de 2014, o presidente francês François Hollande declarou que a intenção de seu governo era aumentar a cooperação militar com a Alemanha alegando que “nós devemos fazer mais do

que uma brigada”¹³ (HOLLANDE, [2014] apud PERTUSOT, 2013). Houve a declaração de aproximação da Alemanha com as iniciativas francesas na África, com a possibilidade do uso da brigada franco-germânica na missão militar europeia EUTM no Mali (PERTUSOT, 2013). O Conselho alcançou maior efetividade em 2015, com novo encontro entre os dois países.

Continuando a efetivação da cooperação entre França e Reino Unido em matéria de segurança e defesa, ambos assinaram acordos complementares em julho de 2014 (UNITED KINGDOM, 2014a). Acordaram na quantia de 120 milhões de libras para parceria com seis indústrias para o desenvolvimento do veículo aéreo combatente não tripulado. Visando o desenvolvimento das capacidades conjuntas de mísseis cruzadores, ambos assinaram um memorando de entendimento sobre o programa SCALP/Storm Shadow com a empresa europeia MBDA (ela é um consórcio europeu que possui presença alemã).

Em março de 2015 ocorreu o Conselho Franco-Alemão de Ministros (GERMANY, 2015c). Houve a deliberação sobre diversos temas e a aproximação dos dois países. Especificamente no que se refere à PSDC ambos desenvolveram posições conjuntas e acordaram em agir conjuntamente para o seu aprofundamento. Em relação à crise na Ucrânia os dois países concordaram em continuar trabalhando juntos para alcançar uma solução pacífica. Declararam que o mútuo envolvimento no Mali será seguido de maior assistência nas questões de segurança para os parceiros africanos. Também visam fortalecer a cooperação já existente na área espacial com o desenvolvimento de uma nova geração de satélites de observação. Vale destacar que na Entente Frugale está previsto o desenvolvimento de satélites de comunicação. Ou seja, a França pode servir como complementar dos esforços com Alemanha e Reino Unido. Por fim, França, Alemanha e Itália confirmaram a intenção de desenvolver uma nova geração de drones europeus entre 2020-2025 (GERMANY, 2015c).

Em junho de 2015 há novamente o Conselho Europeu. Nele, os países declararam a necessidade de cooperar a fim de lidar com a onda de refugiados. Entretanto, o bloco não determinou políticas efetivas coordenadas para lidar com a questão. Propuseram assistência financeira aos países que receberem os imigrantes legais. Previram postos para registro e identificação dos imigrantes a fim de controlar a sua entrada no bloco. O Conselho previu o desenvolvimento de um programa para retorno dos imigrantes ilegais aos seus países de origem. Ele visa aumentar a parceria entre a União Europeia e os países africanos para trabalharem conjuntamente a fim de evitar a ação de traficantes. Destinaram, assim, um aumento dos investimentos europeus nesses países a fim de conter as causas profundas do

¹³ Do original em inglês: “We must do more than a brigade”.

tráfico através de apoio econômico e social. Determinaram também o aumento da cooperação com Turquia, Iraque, Jordânia e Líbano (EUROPEAN COUNCIL, 2015, p. 6). Concordaram que a nova Estratégia de Segurança Internacional do bloco deve implementar completamente as provisões contra o terrorismo. Previram para 2016 o lançamento de uma Nova Estratégia Global Europeia em Política Externa e de Segurança, que certamente será mais ativa na prevenção e combate ao terrorismo (tendo em vista os atentados de novembro de 2015).

O Conselho declarou a necessidade de ações a fim de aprimorar a PSDC: os países membros devem aumentar os seus gastos em defesa; alocar orçamento da União Europeia para desenvolver um programa de pesquisa e tecnologia para dar mais efetividade às missões do bloco; mobilizar instrumentos europeus para a contenção de ameaças híbridas (não explicitam quais são essas ameaças); intensificar parcerias com OTAN, ONU, OSCE e União Africana e empoderar e os parceiros a fim de que gerenciem crises (semelhante ao conceito alemão de liderar pelo centro) (EUROPEAN COUNCIL, 2015, p. 6).

3.4 CONCLUSÃO PARCIAL

Da análise da Entente Frugale e de sua inserção na evolução da arquitetura de segurança europeia pode-se concluir que Alemanha, França e Reino Unido mantêm interesses estratégicos próprios e isso constrange o pilar de segurança e defesa europeu a permanecer intergovernamental. Também determina que a cooperação tenha um ritmo mais lento multilateralmente do que bilateralmente. Isso se deve porque Alemanha e Reino Unido não possuem total convergência estratégica, bem como há baixa institucionalização na cooperação entre ambos. Evidencia-se assim, o papel da França como elo entre as iniciativas de cooperação entre os dois países e de impulsor para se alcançar uma estrutura Ghent na Europa sob sua liderança. Ademais, a postura francesa de liderar iniciativas tanto com Alemanha (reunião de ministros em 2015), quanto com Reino Unido (Entente Frugale) e de se engajar na liderança de efetivação das iniciativas europeias (como as missões do bloco na África), demonstram que o país se configura como o indutor da integração em segurança e defesa na Europa. A isso se soma o fato de que a França está engajada em todas as situações que envolvem a segurança e defesa declaradas da União Europeia (como a Guerra da Líbia, do Mali, da Ucrânia).

Percebe-se também, que a estrutura do Sistema Internacional continua deixando espaço para a região lidar com os seus dilemas de segurança e pressionando por maior compartilhamento de custos na OTAN. Isso pode ser comprovado nas operações franco-

4 CONCLUSÃO

Da análise final do trabalho pode-se concluir que não há alta polarização na Europa no que se refere a segurança e defesa entre Alemanha, França e Reino Unido. Isso se deve principalmente ao papel de elo e de motor da integração nesta área exercido pela França. Ademais, os três países possuem relativa convergência na determinação das ameaças e das áreas geográficas essenciais para a segurança nacional. A maior diferença está no engajamento e na forma como buscam alcançar os seus interesses nesta área. Todavia, a postura francesa ameniza tais diferenças. A Alemanha adota uma posição de cooperação regional e de baixa propensão à projeção de forças além-teatro (mas, vem mudando o seu discurso, como representado pelo novo conceito de liderança pelo centro e pelo seu engajamento nas missões do Mali e contra o ISIS). Já Londres, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, procurou alcançar influência no Sistema Internacional através de uma aliança com os Estados Unidos e de projeção de força além-teatro. Dessa forma, o Reino Unido possui comportamento dual nas questões europeias: mantém uma espécie de ceticismo e distância, mas se aproxima quando seu parceiro estratégico (Estados Unidos) se afasta.

A França tem fortes ligações tanto com Alemanha, quanto com o Reino Unido, se configurando como parceira estratégica de ambos. Ela desenvolve parcerias estratégicas tanto com Reino Unido (como foi o caso em St Malo, Le Touque e na Entente) quanto com Alemanha (brigada franco-alemã, Carta de Intenção Kohl-Mitterrand, Encontro de Ministros de 2015), bem como lidera a efetivação das iniciativas europeias (como as missões do bloco na África). A isso, soma-se o fato de que a França está engajada em todas as situações que envolvem a segurança e defesa declaradas da União Europeia (como a Guerra da Iugoslávia, da Líbia, do Mali, da Ucrânia) e de que as aproximações bilaterais com o Reino Unido resultaram - desde o início do pilar de segurança europeu - em iniciativas multilaterais europeias. Como exemplo, podemos citar a Declaração Franco-Britânica em St Malo em 1998 e a posterior incorporação de suas diretrizes na União Europeia através do Conselho Europeu em Colônia em 1999. Vale ressaltar que antes do Conselho Europeu em Colônia, houve em maio a Conferência Franco-Germânica em Toulouse. Também podemos perceber este papel francês em sua doutrina declarada que possui elementos de convergência tanto com Alemanha quanto com Reino Unido. A França vê a sua grandeza através da integração regional sob a sua liderança, portanto, procurou desde o fim da Segunda Guerra Mundial construir uma forte arquitetura de defesa e segurança na Europa. Mesmo oscilando em momentos de maior

aproximação com Reino Unido e Estados Unidos (com a formação da Entente e sua reintegração ao comando da OTAN), pode-se perceber a manutenção de seu projeto de integração europeu. Portanto, o interesse francês na Entente Frugale é de trazer o Reino Unido para o seu projeto europeu. Conforme explicitou Sarkozy quando da assinatura dos Acordos de Lancaster:

Eu sempre estive convencido que a Europa verdadeira e profundamente precisa do Reino Unido. E agora permita-me dizer que o Reino Unido precisa da Europa, assim como a França precisa da Europa. Eu sempre, sempre defendi essa visão [...] (CAMERON; SARKOZY, 2010, sem paginação, tradução nossa)¹⁴.

Ademais, cabe ressaltar que os recentes atentados terroristas na França (13 de novembro de 2015) podem servir como catalisador da posição francesa de motor da integração securitária, caso a União Europeia aceite a invocação francesa da cláusula de assistência mútua, introduzida pelo Tratado de Lisboa (TAYLOR; EMMOTT, 2015).

Portanto, a Entente Frugale não se configura como consequência de uma alta polarização securitária e de defesa na Europa, nem representa um arranjo securitário bilateral em detrimento de um regional. A isso, soma-se o fato de que mesmo que o país alemão não participe veementemente das operações além-teatro como na Guerra da Líbia, do Mali e contra o ISIS, seus interesses estratégicos não contradizem os de França e Reino Unido. Esta postura alemã pode ser justificada pela memória dos constrangimentos que a Segunda Guerra Mundial provocou na população civil e na constituição do país (LEYEN, 2015). Todavia, Berlin vem direcionando a sua estratégia nacional para perto de França e Reino Unido, desenvolvendo posição mais assertiva quanto à projeção de força, alegando que o terrorismo requer capacidade de ação cada vez mais rápida e eficaz (LEYEN, 2015).

A tentativa de construção da Estrutura Ghent (um mês após a formação da Entente Frugale), da Conferência para Compartilhamento e Uso Conjunto de Armamentos (em 2011 durante as operações na Líbia que necessitaram de ajuda americana) e a tentativa de fusão das empresas BAE Systems e EADS demonstram que a Entente Frugale pode servir de impulsora para a construção de um arranjo securitário regional. Especialmente através do seu elemento de cooperação industrial. O memorando de entendimento fechado com a empresa MBDA para construção de mísseis cruzadores pode servir como impulso para a aproximação das bases industriais de defesa de Alemanha, França e Reino Unido. O fato de que Paris e Londres

¹⁴ Do original em inglês: “I have always been convinced that Europe truly and deeply needs Britain. And allow me to say that Britain needs Europe, just as France needs Europe. I have always, always defended that view [...]”.

preveem o desenvolvimento de interoperabilidade entre seus aviões de transporte A400M (produzidos pelo consórcio franco-alemão Airbus) e a Alemanha também fez aquisição destas aeronaves (IISS, 2015, p. 155), pode servir como primeiro movimento para a consecução de uma Estrutura Ghent de desenvolvimento e uso conjunto militar na Europa. Cabe ressaltar que desde a criação do pilar europeu de segurança e defesa só houve reuniões trilaterais entre Alemanha, França e Reino Unido quando se tratou de base industrial de defesa (por exemplo, em 1998 com a criação da Organização para Cooperação Conjunta em Matéria de Defesa).

Os recursos desenvolvidos pela Entente Frugale visam garantir a capacidade de projeção de França e Reino Unido. Além disso, há uma crescente convergência dos interesses estratégicos entre Alemanha, França, Reino Unido e União Europeia em determinar o terrorismo, estados falidos, narcotráfico, ciber ataques, interrupção de abastecimento energético e rotas de comércio (MISSIROLI, 2003) como ameaças. Por isso, acabam convergindo na região geográfica essencial para conter estas ameaças: a África. Cabe lembrar também, que a atual estrutura internacional pressiona e dá espaço para os países europeus garantirem a sua segurança nacional. Portanto, a Entente Frugale pode auxiliar como elemento de projeção para o pilar europeu de segurança e defesa. Vem somar a isso, o fato de que França e Reino Unido são os dois maiores contribuidores para as operações da União Europeia, as suas indústrias de defesa e seus programas de desenvolvimento de armamentos são os maiores do continente (IISS, 2008, p. 115).

Outro argumento que demonstra que a Entente Frugale não é o efeito de uma alta polarização em segurança e defesa na Europa é o fato de que o perfil da cooperação europeia nesta área é complexo, com as aproximações efetivas sendo precedidas por negociações bilaterais ou aproximações multilaterais menos formais. Chama atenção o fato de que, no que tange aos esforços de construção de forças autônomas europeias, houve somente reuniões bilaterais entre Alemanha e França e França e Reino Unido. Isso nos explicita – novamente – o papel da França como elo entre Berlim e Londres na mediação para construção das forças militares europeias.

Da análise da Entente Frugale e de sua inserção na evolução da arquitetura de segurança europeia pode-se concluir que Alemanha, França e Reino Unido mantêm interesses estratégicos próprios e isso constrange o pilar de segurança e defesa europeu a permanecer intergovernamental. Também determina que a cooperação tenha um ritmo mais lento multilateralmente do que bilateralmente. Isso se deve porque Alemanha e Reino Unido não possuem total convergência estratégica, bem como há baixa institucionalização na cooperação entre ambos. Assim, as iniciativas bilaterais parecem ser uma forma de agilizar os processos

multilaterais que são mais burocráticos e demorados. Este é, portanto, o perfil da cooperação em segurança e defesa na União Europeia e é consequência também do fato de que:

Desde o início de sua fundação, a União Europeia como uma entidade não tem a ambição de se tornar uma grande potência militar. Ela permanece principalmente uma união de poder civil para que os Estados membros comprometam-se mais através de valores comuns e de solidariedade, ao invés de interesses políticos e militares comuns (NAGLIS, 2013, p. 5, tradução nossa)¹⁵.

A aproximação securitária e de defesa da França com o Reino Unido é mais efetiva do que com a Alemanha, por diferenças na doutrina de engajamento dos três. Assim, a aproximação franco-britânica pode representar um benefício para a efetiva consolidação de uma arquitetura de segurança e defesa europeia ao impulsioná-la a partir de um grupo menor de Estados. Todavia, cabe ressaltar que ela pode também aprofundar a sua fragmentação se representar somente mais um mecanismo de duplicação de capacidades.

A cooperação securitária e de defesa europeia permanece reativa às ações americanas e se desenvolve em áreas não prioritárias à OTAN, como operações de treinamento policial e missões militares de controle de crises. Pode-se concluir então, que as dinâmicas securitárias autônomas da Europa são inversamente proporcionais a presença americana no continente e ao engajamento americano em prover a segurança europeia. Como consequência, uma série de iniciativas autônomas e com foco central na integração política emergiram durante os anos 1990 como resposta à retirada militar americana do continente e da incapacidade de atuação autônoma europeia nas Guerras da Bósnia e do Kosovo. Nos anos 2000, a retirada americana do continente continuou a exercer pressão sob a arquitetura de segurança na Europa e apesar da posição contrária de Alemanha, França e Reino Unido na Guerra do Iraque em 2003, a ideologia da Guerra ao Terror pressionou a Europa a desenvolver áreas críticas a sua segurança. Como resultado, missões militares e civis foram mandadas para essas regiões.

Essa característica da cooperação securitária europeia permanece na década de 2010 e pode ser comprovada nas ações franco-britânicas na Guerra da Líbia, na posição europeia na Guerra da Síria e contra o Estado Islâmico, na Guerra do Mali e na Crise da Ucrânia. Essas operações comprovaram o alinhamento do continente aos Estados Unidos, bem como a pressão do país por criação de capacidades autônomas da União Europeia. Como resposta, França e Reino Unido continuam aumentando a aproximação bilateral (como visto em

¹⁵ Do original em inglês: “From the beginning of its foundation, the EU as an entity did not have an ambition to become a great military power. It remains primarily a union of a civilian power to which member states commit themselves more through solidarity and common values, rather than common political and military interests”.

Farnborough Air Show, por exemplo) juntamente com o discurso da necessidade de construir capacidades autônomas europeias. Mesmo que ainda não se evidenciou o aprofundamento destas iniciativas a âmbito multilateral, pode-se dizer que os Acordos de Lancaster não são concorrentes com o projeto europeu de cooperação em segurança e defesa.

Sabe-se que as Relações Internacionais e as políticas que os Estados adotam dependem de fatores internos (partidos políticos, opinião pública) e externos (pressão estrutural). Portanto, não podemos determinar o futuro do bloco europeu nem as ações de seus Estados membros. O desenrolar da Crise na Ucrânia, da Crise da Zona do Euro, uma possível crise no continente africano, a subida ao poder de um novo partido político nos países europeus e principalmente o desfecho da Guerra contra o Estado Islâmico podem determinar um novo rumo para o processo europeu. Portanto, o desenrolar da Entente Frugale e do futuro do pilar de segurança e defesa europeu permanece em aberto. O novo Livro Branco alemão e a nova Estratégia de Segurança Europeia, ambos previstos para lançamento em 2016 servirão de ferramenta para o acompanhamento das dinâmicas europeias.

Os rumos da cooperação em segurança e defesa na Europa (se ela poderá se aprofundar ou não), sua relação com a OTAN, as estratégias governamentais de Alemanha, França e Reino Unido por trás da cooperação e quais os impactos do atual perfil da cooperação na capacidade estratégica do bloco europeu são agendas de pesquisa possíveis a partir do presente trabalho.

5 REFERÊNCIAS

ABBAS, Mohammed; JOHN, Mark. UK-France "entente frugale" defence pact here to stay. **Reuters**, London; Paris, 1 Mar. 2013. Disponível em: <<http://uk.reuters.com/article/2013/03/01/uk-britain-france-defence-idUKBRE9200GO20130301>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

ADDRESS on Iraq, by Dominique de Villepin, French Minister of Foreign Affairs, at the UN Security Council. New York: United Nations, 2003. (15 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MJ_1hWqSz6I>. Acesso em: 14 set. 2015.

BALMACEDA, Margarita. **Explaining the Management of Energy Dependency in Ukraine: Possibilities and Limits of a Domestic-Centered Perspective**. Mannheim: Mannheimer Zentrum für Europäische Sozialforschung, 2004. Disponível em: <http://edoc.vifapol.de/opus/volltexte/2014/5172/pdf/wp_79.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2015.

BARDIN, Laurence. **Análisis de contenido**. Madrid: Akal, 2002.

BECKER, Joachim. Integración y regulación: la Unión Europea y el Mercosur comparados. In: BECKER, Joachim et al. **Sustentabilidad y regionalismo en el Cono Sur**. Montevideo: Coscoroba, 2002.

BISCOP, Sven. And what will Europe do? The European Council and military strategy. **Egmont: Royal Institute for International Relations**, Brussels, v. 46, p.1-8, May 2013. Disponível em: <http://www.egmontinstitute.be/publication_article/and-what-will-europe-do-the-european-council-and-military-strategy/>. Acesso em: 30 jun. 2015.

BISCOP, Sven; COELMONT, Jo. Pooling and Sharing: From Slow March to Quick March? **Egmont: Royal Institute for International Relations**, Brussels, v. 23, p.1-4, May 2011. Disponível em: <<http://www.egmontinstitute.be/wp-content/uploads/2013/09/SPB23-BiscopCoelmont.pdf>>. Acesso: 13 out. 2015.

BLACK, Ian. Syria crisis: where do the major countries stand? **The Guardian**, London, 29 Sep. 2015. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2015/sep/29/syria-crisis-where-do-the-major-countries-stand>>. Acesso em: 05 nov. 2015.

BORGER, Sebastian. "Entente frugale" ruft Spötter auf den Plan. **Der Standard**, London, 03 Nov. 2010. Disponível em: <<http://derstandard.at/1288659383741/Militaerkooperation-GB-Frankreich-Entente-frugale-ruft-Spoetter-auf-den-Plan>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

BOWER, Eve. Germany's Libya policy reveals a nation in transition. **Deutsch Welle**, Berlin, 12 Sep. 2011. Disponível em: <<http://dw.com/p/12Tqx>>. Acesso em: 04 nov. 2015.

BRASIL. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

BREEDEN, Aurelien. Hollande Says 'France Is at War' and Hunt for Paris Suspects Intensifies. **New York Times**, Paris, 16 Nov. 2015. Disponível em:

<<http://www.nytimes.com/live/paris-attacks-live-updates/hollande-says-france-is-at-war/>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **The Geostrategic Triad: Living with China, Europe, and Russia**. Washington: Center for Strategic & International Studies, 2000.

BUCKLEY, Edgar. Saving the Franco-British defence pact. **Europe's World**, Brussels, 22 Jan. 2014. Disponível em: <http://europesworld.org/2014/01/22/saving-the-franco-british-defence-pact/#.ViY9i_mrTIX>. Acesso em: 20 out. 2015.

BUSH, George. A Europe Whole and Free. **U.S Diplomatic Mission to Germany**, Mainz, 31 May. 1989. Disponível em: <<http://usa.usembassy.de/etexts/ga6-890531.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

CAMERON, David; SARCOZY, Nicolas. Speech: UK-France Summit press conference. **Cabinet Office**, London, 02 Nov. 2010. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/speeches/uk-france-summit-press-conference--2>>. Acesso em: 20 maio 2015.

CEPIK, Marco. Segurança Nacional e Segurança Humana: Problemas Conceituais e Conseqüências Políticas. **Security and Defense Studies Review**, Washington, v. 1, n. 1, p.1-19, [Outubro] 2001. Disponível em: <http://professor.ufrgs.br/marcocepi/files/cepi_-_2001_-_seg_nac_e_seg_hum_-_sec_and_def_review.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2015.

COMMON Security and Defence Policy. **EUR – Lex**, Brussels, 16 Sep. 2015. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=URISERV:ai0026>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

COUNCIL OF THE EUROPEAN COMMUNITIES. Commision of the European Communities. **Treaty on European Union**. Brussels; Luxembourg: Office for Official Publications of The European Communities, 1992. Disponível em: <http://europa.eu/eu-law/decision-making/treaties/pdf/treaty_on_european_union/treaty_on_european_union_en.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2015.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. **Council conclusions on Libya**. Brussels: Press, 2011a.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. **Council conclusions on the Horn of Africa**. Brussels: Press, 2011b. Disponível em: <http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/foraff/126052.pdf>. Acesso em: 22 out. 2015.

DAALDER, Ivo H. Europe: Rebalancing the U.S.-European Relationship. **Brookings**, Washington, 2000. Disponível em: <<http://www.brookings.edu/research/articles/2000/09/fall-europe-daalder>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

DAVID, Charles-Philippe; LEVESQUE, Jacques. **Future of NATO: Enlargement, Russia, and European Security**. [S.I]: McGill-Queen's Press, 1999.

DEUTSCH, Karl W.; SINGER, J. David. Multipolar Power Systems and International Stability. **World Politics**, [S.I], v. 16, n. 3, p.390-406, Apr. 1964. Disponível em: <<https://srlielbel.files.wordpress.com/2011/07/deutsch-and-singer-wp-1964.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

DIUK, Nadia. Euromaidan: Ukraine's Self-Organizing Revolution. **World Affairs**, Washington, March;April 2014. Disponível em: <<http://www.worldaffairsjournal.org/article/euromaidan-ukraine%E2%80%99s-self-organizing-revolution>>. Acesso: 17 nov. 2015.

DOWDALL, Jonathan. What's the Next Step for European Defence Equipment Cooperation? **Defence IQ**, [S.I], 06 Sep. 2011. Disponível em: <<http://www.defenceiq.com/air-land-and-sea-defence-services/articles/european-defence-equipment-cooperation-flounders-o/>>. Acesso em: 14 out 2015.

EMBASSY OF FRANCE IN LONDON. **France and UK conduct joint military exercise off Corsica**. London, 2012. Disponível em: <<http://www.ambafrance-uk.org/France-and-UK-conduct-joint>>. Acesso em: 20 out. 2015.

EMBASSY OF FRANCE IN WASHINGTON. **Franco-German Defense and Security Council**. Washington, 2012. Disponível em: <<http://ambafrance-us.org/spip.php?article3930>>. Acesso em: 22 out. 2015.

ESTEBAN, Joan; SCHNEIDER, Gerald. Polarization and Conflict: Theoretical and Empirical Issues. **Journal of Peace Research**, [S.l.], v. 45, n. 2, p.131-141, 1 Mar. 2008.

EU allies unite against Iraq war. **BBC News**, Londres, 22 Jan. 2003. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/2683409.stm>>. Acesso em: 14 set. 2015.

EUROPEAN COUNCIL. **European Council meeting (25 and 26 June 2015): Conclusions**. Brussels: European Union, 2015.

EUROPEAN COUNCIL. **European Council 19/20 December 2013: Conclusions**. Brussels: European Union, 2013. Disponível em: <http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/ec/140245.pdf>. Acesso em: 22 out. 2015.

EUROPEAN EXTERNAL ACTION. **Background material**. Brussels: European Union, 2015. Disponível em: <http://www.eeas.europa.eu/csdp/missions-and-operations/eunavformed/background-material/index_en.htm>. Acesso em: 22 out. 2015

EUROPEAN EXTERNAL ACTION. **The EU's relations with Syria**. Brussels: European Union, [2012]. Disponível em: <<http://eeas.europa.eu/syria/>>. Acesso em: 06 nov. 2015.

EUROPEAN FOREIGN POLICY UNIT. **Chronology: The Evolution of a Common EU Foreign, Security and Defence Policy**. Brussels: European Union, [2012]. Disponível em: <<http://www.lse.ac.uk/internationalRelations/centresandunits/EFPU/EFPUpdfs/chronologyEuforpolinstitutions.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2015.

EUROPEAN UNION. **European External Action Service**. Brussels: European Union, 2015a. Disponível em: <http://eeas.europa.eu/csdp/about-csdp/index_en.htm>. Acesso em: 24 jun. 2015.

EUROPEAN UNION. **Helsinki European Council**. Brussels: European Union, 1999. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/summits/hel1_en.htm>. Acesso em: 14 set. 2015.

EUROPEAN UNION. **Ongoing missions and operations**. Brussels: European Union, 2015b. Disponível em: <<http://www.eeas.europa.eu/csdp/missions-and-operations/>>. Acesso em: 17 set. 2015.

EUROPEAN UNION. **Report on the Implementation of the European Security Strategy: Providing Security in a Changing World**. Brussels: European Union, 2008. Disponível em: <http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/reports/104630.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2015.

EUROPEAN UNION. **The Lisbon Treaty**. Brussels: European Union, [2008]. Disponível em: <<http://www.lisbon-treaty.org/wcm/documents.html>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

FANTZ, Ashley. Who's doing what in the coalition battle against ISIS. **CNN**, London, 09 Out. 2014. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2014/10/09/world/meast/isis-coalition-nations/>>. Acesso em: 04 nov. 2015.

FAWCETT, Louise. Regionalism in World Politics: Past and Present. In: KOESLER, Ariane; ZIMMEK, Martin (Ed.). **Elements of Regional Integration: A Multidimensional Approach**. Berlin: Nomos Verlagsgesellschaft, 2008.

FENENKO, Alexey. Why Germany and France are taking on new roles in the Ukraine crisis. **Russia Direct**, [S.I], 01 Sep. 2015. Disponível em: <<http://www.russia-direct.org/opinion/why-germany-and-france-are-taking-new-roles-ukraine-crisis>>. Acesso em: 06 nov. 2015.

FRANCE. **French White Paper: Defence and National Security**. Paris: Dépôt Légal, 2013.

FRANCE. **The French White Paper on Defence and National Security**. Paris: Odile Jacob, 2008.

FRANCE; UNITED KINGDOM. **Franco-British Summit Joint Declaration on European Defense**. Saint-Malo, 1998. Disponível em: <[http://www.atlanticcommunity.org/Saint-Malo/Declaration Text.html](http://www.atlanticcommunity.org/Saint-Malo/Declaration%20Text.html)>. Acesso em: 23 jun. 2015.

FRANCO-BRITISH COUNCIL DEFENCE. **Key policy makers on the bilateral defence cooperation**. London, 2011. Disponível em: <http://www.francobritishdefence.org/defence_events.php/295/key-policy-makers-on-the-bilateral-defence-cooperation>. Acesso em: 30 jun. 2015.

GARZÓN, Jorge F. Multipolarity and the Future of Regionalism: Latin America and Beyond. **Giga working papers**, Hamburg, v. 2015, n. 264, p.01-34, Jan. 2015.

GEBAUER, Matthias. The War in Libya: Are German Soldiers Secretly Helping Fight Gadhafi? **Der Spiegel**, Berlin, 19 Aug. 2011. Disponível em: <<http://www.spiegel.de/international/world/the-war-in-libya-are-german-soldiers-secretly-helping-fight-gadhafi-a-781197.html>>. Acesso em: 05 nov. 2015.

GERMANY. **Defence Policy Guidelines 2011**. Berlin: German Ministry of Defence, 2011a. Disponível em: <[http://www.bmvg.de/portal/a/bmvg/!ut/p/c4/LY1BDoMwDAR_FN-59RUtvVQJWGZF4qDEhO9jpGovc9jR0Jd8GgckGqrGTB-aF0zpCqkMCR3Lxm1jWD9qhmEPUYVTNQ5r3c_C6jS4GWOFnCr_X3fv19y2DAUrvZ9S Fpqdj1JeN7x1IYA!/>. Acesso em: 15 out. 2015.](http://www.bmvg.de/portal/a/bmvg/!ut/p/c4/LY1BDoMwDAR_FN-59RUtvVQJWGZF4qDEhO9jpGovc9jR0Jd8GgckGqrGTB-aF0zpCqkMCR3Lxm1jWD9qhmEPUYVTNQ5r3c_C6jS4GWOFnCr_X3fv19y2DAUrvZ9S Fpqdj1JeN7x1IYA!/)

GERMANY. **New White Paper by 2016**. [2015a]. Disponível em: <http://www.australien.diplo.de/_Zentrale_20Komponenten/Ganze-Seiten/en/Politik/Weissbuch.html?site=434757>. Acesso em: 05 nov. 2015.

GERMANY. **White Paper 2006**: on German Security Policy and the Future of the Bundeswehr. Berlin: Federal Ministry of Defence, 2006.

GERMANY. Federal Foreign Office. **Germany's engagement in Mali**. Berlin, 12 Aug. 2013. Disponível em: <http://www.auswaertiges-amt.de/EN/Aussenpolitik/Laender/Aktuelle_Artikel/Mali/130723_Wahlen-in-Mali.html>. Acesso em: 06 nov. 2015.

GERMANY. Federal Foreign Office. **EU Foreign Affairs Council meeting focuses on crises and conflicts**. Berlin, 2015b. Disponível em: <http://www.auswaertiges-amt.de/EN/Europa/Uebersicht-Aufmacher_node.html>. Acesso em: 02 nov. 2015.

GERMANY, France and Poland form EU battlegroup. **EUbusiness**. Brussels, 05 Jul. 2011b. Disponível em: <<http://www.eubusiness.com/news-eu/military-france.b52>>. Acesso em: 22 out. 2015.

GERMANY. German Federal Government. **Franco-German Council of Ministers**: France and Germany stand united. Berlin, 06 Nov. 2015c. Disponível em: <http://www.bundesregierung.de/Content/EN/Artikel/2015/03_en/2015-03-31-deutsch-franz-ministerrat-berlin.html;jsessionid=6ADFEA570AB16970D78F503D0174F0F8.s2t1?nn=447370#doc1351576bodyText2>. Acesso em: 23 out. 2015

GERMANY'S Libya policy reveals a nation in transition. **Deutsch Welle**, Berlin, 12 Sep. 2011. Disponível em: <<http://dw.com/p/12Tqx>>. Acesso em: 05 nov. 2015.

GOMIS, Benoît. **Franco-British Defence and Security Treaties**: Entente While it Lasts? London: Chatham House, 2011. Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/sites/files/chathamhouse/public/Research/International_Security/0311pp_gomis.pdf>. Acesso em: 20 maio 2015.

HEISBOURG, François. Entente Frugale. **The Economist**, London, 20 Nov. 2014. Disponível em: <<http://www.economist.com/news/21631815-fran-ois-heisbourg-special-adviser-fondation-pour-la-recherche-strat-gique-asks>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

HEPHER, Tim; HETZNER, Christiaan. EADS-BAE merger plan hits political crunch point. **Reuters**, Paris; Frankfurt, 05 Oct. 2012. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2012/10/06/us-eads-bae-idUSBRE8940HD20121006>>. Acesso em: 22 out. 2015.

INSTITUTE FOR SECURITY STUDIES EUROPE - ISS. Timeline 2011. In: ISS Europe. **Yearbook of European Security**. Brussels: ISS Europe, 2013. p. 36-41. Disponível em: <http://www.iss.europa.eu/fileadmin/euiss/documents/Books/Yearbook/3.1__Timeline_2011.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2015.

IRISH, John. **French public back military intervention in Syria**: poll. **Reuters**, Paris, 24 May. 2015. Disponível em: <<http://uk.reuters.com/article/2015/05/24/uk-mideast-crisis-syria-france-idUKKBN0O80N120150524>>. Acesso em: 06 nov. 2015.

JONES, Seth G. **The Rise of European Security Cooperation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

KANET, Roger E. Russia and the European Union: The U.S. Impact on the Relationship. **Jean Monnet/Robert Schuman Paper Series**, Miami, v. 9, n. 2, p.1-18, Jan. 2009. Disponível em: <[http://aei.pitt.edu/11051/1/KanetRussiaEUgasLongEdi\[2\]_kanet_version.pdf](http://aei.pitt.edu/11051/1/KanetRussiaEUgasLongEdi[2]_kanet_version.pdf)>. Acesso em: 12 ago. 2015.

KAUFMANN, Dirk Ulrich. 1986: Reagan e Gorbatchov em Reykjavik. **Deutsch Welle**, Berlin, [2015]. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt/1986-reagan-e-gorbachov-em-reykjavik/a-297464>>. Acesso em: 25 set. 2015.

KEATINGE, Patrick; BENTONRA. **European Security in the 21 Century**. Dublin: Institute of International and European Affairs, 2012.

KIELINGER, Thomas. England und Frankreich schließen enge Militärkooperation: Gemeinsame Brigade und Atomwaffenforschung. **Die Welt**, Berlin, 03 Nov. 2010. Disponível em: <http://www.welt.de/print/die_welt/politik/article10703862/England-und-Frankreich-schliessen-enge-Militaerkooperation.html>. Acesso em: 30 jun. 2015.

KISTERSKY, Leonid. **New Dimensions of the International Security System after the Cold War**. Stanford: Stanford University, 1996. Disponível em: <http://cisac.fsi.stanford.edu/publications/new_dimensions_of_the_international_security_system_after_the_cold_war>. Acesso em: 01 jul. 2015.

KÓLOSSOV, Vladímir. Importância Estratégica da Zona do Mar Negro. **Gazeta Russa**, Moscou, 17 Mar. 2014. Disponível em: <http://br.rbth.com/politica/2014/03/17/importancia_estrategica_da_zona_do_mar_negro_24657.html>. Acesso em: 17 nov. 2015.

KOHL, Helmut; MITTERRAND, François. **Letter by the German federal chancellor Helmut Kohl and French president François Mitterrand to the Irish Presidency of the**

EC. Brussels: Ellopos, 1990. Disponível em: <<http://www.ellopos.net/politics/mitterrand-kohl.htm>>. Acesso em: 14 set. 2015.

LEYEN, Ursula von Der. **Speech by the Federal Minister of Defense, Dr. Ursula von der Leyen, on the Occasion of the 51 st Munich Security Conference Munich.** Munich: German Federal Government, 2015. Disponível em: <https://www.securityconference.de/fileadmin/MSC_/2015/Freitag/150206-2015_Rede_vdL_MSC_Englisch-1_Kopie_.pdf>. Acesso em: 22 out. 2015.

MALYGINA, Katerina. Ukrainian-Russian Relations after the 2009 Conflict: The Current Situation and Future Prospects. **Russian Analytical Digest**, [S.I], n. 75, p. 5-10, 2010.

MEARSHEIMER, John. A política das grandes potências no século XXI. In: MEARSHEIMER, John. **A Tragédia da Política das Grandes Potências.** Nova Iorque: Gradiva, 2001. p. 338-374.

MEARSHEIMER, John J. Why the Ukraine Crisis Is the West's Fault: The Liberal Delusions That Provoked Putin. **Foreign Affairs**, New York, Sep/Oct. 2014. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/russia-fsu/2014-08-18/why-ukraine-crisis-west-s-fault>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

MEMORANDUM on Security Assurances in Connection with Ukraine's Accession to the Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapon Ukraine, the Russian Federation, the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland and the United States of America. [S.I], 1994. Disponível em: <https://www.msz.gov.pl/en/p/wiedenobwe_at_s_en/news/memorandum_on_security_assurances_in_connection_with_ukraine_s_accession_to_the_treaty_on_the_npt?printMode=true>. Acesso em: 14 set. 2015.

MIX, Derek E. **The European Union: Foreign and Security Policy.** Washington: CRS Report for Congress, 2013. Disponível em: <<https://www.fas.org/sgp/crs/row/R41959.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

MISSIROLI, Antonio (Comp.). **From Copenhagen to Brussels: European Defence: core documents.** 67. ed. Paris: Institute For Security Studies, 2003. Disponível em: <<http://www.iss.europa.eu/uploads/media/cp067e.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2015.

MORAES, Roque. Análise de Conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p.7-32, 1999.

NAGLIS, Colonel Eriks. **The Evolution of European Security: From Confrontation to Cooperation.** 2013. 42 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos Estratégicos, Department of The Army, U.S. Army War College, Carlisle, 2013.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION - NATO. **Declaration of the Heads of State and Government:** participating in the meeting of the North Atlantic Council ("The Brussels Summit Declaration"). [S.I]: NATO, 1994. Disponível em: <http://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_24470.htm?selectedLocale=en>. Acesso em: 14 set. 2015.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION - NATO. **Prague Summit**

Declaration: issued by the Heads of State and Government participating in the meeting of the North Atlantic Council in Prague, Czech Republic. [S.I]: NATO, 2002. Disponível em: <http://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_19552.htm>. Acesso em: 14 set. 2015.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION - NATO. **The North Atlantic Treaty.** [S.I]: NATO, 1949. Disponível em:

<http://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_17120.htm>. Acesso em: 09 set. 2015.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION - NATO. **The Partnership for Peace programme.** [S.I]: NATO, 2014. Disponível em:

<http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_50349.htm>. Acesso em: 14 set. 2015.

ORGANIZATION FOR SECURITY AND COOPERATION IN EUROPE - OSCE. **Charter of Paris for a New Europe.** [S.I]: OSCE, 1990. Disponível em:

<<http://www.osce.org/node/39516>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

ORGANIZATION FOR SECURITY AND COOPERATION IN EUROPE -

OSCE. **History.** [S.I]: OSCE [2015]. Disponível em: <<http://www.osce.org/history>>. Acesso em: 16 set. 2015.

PANNIER, Alice; SCHMITT, Olivier. Institutionalised cooperation and policy convergence in European defence: lessons from the relations between France, Germany and the UK. **European Security**, [S.I.], v. 23, n. 3, p.270-289, 27 Jan. 2014.

PERTUSOT, Vivien. The Franco-German defence partnership: slowly does it? **European Geostrategy**, [S.I], 13 Feb. 2014. Disponível em:

<<http://www.europeangeostrategy.org/2014/02/slowly-franco-german-defence-partnership/>>. Acesso em: 23 out. 2015.

PICCOLLI, Larlecianna. **Europa enquanto condicionante da política externa e de segurança da Rússia:** o papel da defesa antimíssil. Dissertação de Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais. UFRGS: Porto Alegre, 2012.

PROENÇA JÚNIOR, Domício; DINIZ, Eugenio. **Considerações Técnicas sobre a Política de Defesa do Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ, [2012]. Disponível em:

<http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP1999_A0019.PDF>. Acesso em: 23 set. 2015.

PUTIN: Os países da CEI concordaram em assinar o Tratado de Livre Comércio. **Pravda**,

Moscú, 18 Out. 2011. Disponível em: <<http://port.pravda.ru/news/russa/18-10-2011/32321-putincei-0/>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

RAJAB, Fadi. **The Positions of Germany in Nato towards the issues of The Arab**

World: (Intervention in Lybia). [S.I]: Philipps-marburg University, [2012]. Disponível em:

<https://www.academia.edu/7542519/The_Positions_of_Germany_in_NATO_towards_the_issues_of_the_Arab_World_Intervention_in_Lybia_>. Acesso em: 04 nov. 2015.

RIDING, Alan. Mitterrand Joins Kohl in Proposing a European Army. **New York Times**, New York, 17 Oct. 1992. Disponível em:

<<http://www.nytimes.com/1991/10/17/world/mitterrand-joins-kohl-in-proposing-a-european-army.html>>. Acesso em: 14 set. 2015.

RYNNING, Sten. The false promise of continental concert: Russia, the West and the necessary balance of power. **International Affairs**, London, v. 91, n. 3, p.539-552, May 2015. Disponível em:

<http://www.chathamhouse.org/sites/files/chathamhouse/field/field_document/INTA91_3_05_Rynning.pdf>. Acesso em: 20 maio 2015.

SHELEST, Hanna. Strategic geo-political significance of Odessa. **The Odessa Connection. Diplomatic Academy of Vienna**, Vienna, p. 121-127, 2007. Disponível em: <http://www.academia.edu/367981/Strategic_Geopolitical_Significance_of_Odessa>. Acesso em: 17 nov 2015.

SOFRES, Taylor Nelson. **Iraq and Peace in the World**. Brussels: European Commission, 2003. Disponível em: <http://ec.europa.eu/public_opinion/flash/fl151_iraq_full_report.pdf>. Acesso em: 14 set. 2015.

SUNDBERG, Anna; ÅHMAN, Teresa. **The two of us: Bilateral and regional defence cooperation in Europe**. Stockholm: FOI, 2012. Disponível em: <<http://www.foi.se/en/Our-Knowledge/Security-policy-studies/Europe-and-North-America/Publications/>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

TAYLOR, Paul; EMMOTT, Robin. France makes for formal call for EU military help. **Reuters**, Brussels, 16 Nov. 2015. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2015/11/17/us-france-shooting-eu-defence-idUSKCN0T60WS20151117#tftHT1ZJWRyWl53FS.97>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES - IISS. **European Military Capabilities**. London, 2008.

THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES - IISS. **The Military Balance 2002-2015: the annual assessment of global military capabilities and defence economics**. New York, 2002-2015.

UNITED KINGDOM. **A Strong Britain in an Age of Uncertainty: The National Security Strategy**. London: Crown Copyright, 2010a. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/61936/nation-al-security-strategy.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2015. (a)

UNITED KINGDOM. **Securing Britain in an Age of Uncertainty: The Strategic Defence and Security Review**. London: Crown Copyright, 2010b. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/62482/strategic-defence-security-review.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2015.

UNITED KINGDOM. **UK–France Summit 2010 Declaration on Defence and Security Co-operation**. London: Crown Copyright, 2010c. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/news/uk-france-summit-2010-declaration-on-defence-and-security-co-operation>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

UNITED KINGDOM. Prime Minister's Office. **UK and France agree closer defence co-operation.** London: Prime Minister's Office, 2014a. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/news/uk-and-france-agree-closer-defence-co-operation>>. Acesso em: 14 out. 2015.

UNITED KINGDOM. Prime Minister's Office. **UK-France declaration on security and defence.** London: Prime Minister's Office, 2012. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/news/uk-france-declaration-on-security-and-defence>>. Acesso em: 14 out. 2015.

UNITED KINGDOM. Ministry of Defence. **UK and France strengthen defence co-operation.** London: Ministry of Defence, 2014b. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/news/uk-and-france-strengthen-defence-co-operation>>. Acesso em: 14 out. 2015.

UNITED KINGDOM OF GREAT BRITAIN AND NORTHERN IRELAND. **Treaty Between The United Kingdom of Great Britain And Northern Ireland and The French Republic for Defence and Security Cooperation.** London: Crown Copyright, 2010. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/238153/8174.pdf>. Acesso em: 20 maio 2015.

UNITED KINGDOM OF GREAT BRITAIN AND NORTHERN IRELAND. Tratado nº 15, de 2 de novembro de 2010. **Treaty Between The United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland and The French Republic** relating to Joint Radiographic/Hydrodynamics Facilities. London: Crown Copyright, 2010b. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/238226/8289.pdf>. Acesso em: 15 junho 2015.

VISEGRAD GROUP. **About the Visegrad Group.** [S.I]: Visegrad Group, [2015]. Disponível em: <<http://www.visegradgroup.eu/about>>. Acesso em: 14 set. 2015.

WALTZ, Kenneth N. Structural Realism after the Cold War. IN: **International Security**, Harvard, Vol. 25, No. 1, pp. 5-41, Summer 2000.

WALTZ, Kenneth. **Teoria das Relações Internacionais.** Lisboa: Gradiva, 2002.

WALTZ, Kenneth N. The Emerging Structure of International Politics. **International Security**, Harvard, Vol. 18, n. 2, p.44-79, 1993.

WESTERN EUROPEAN UNION - WEU. **History of WEU.** [S.I]: WEU, [2015]. Disponível em: <<http://www.weu.int/>>. Acesso em: 09 set. 2015.

WESTERN EUROPEAN UNION - WEU. Secretariat-General. **WEU today.** Brussels: Western European Union, 2000. Disponível em: <http://www.weu.int/WEU_Today2.pdf>. Acesso em: 14 set. 2015.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **O Grande Oriente Médio: da descolonização à primavera árabe.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A Primavera Árabe: entre a democracia e a geopolítica do petróleo.** Porto Alegre: Leitura XXI, 2012.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A Nova Ordem Global: Relações Internacionais do Século 20.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996.

ZANDEE, Dick. Bridging the Channel: British-French Defence Cooperation as the Core of European Military Capabilities. **Clingendael Policy Brief**, The Hague, v. 10, p.1-7, Jul. 2012. Disponível em: <<http://www.francobritishdefence.org/data/files/reports/Policy-Brief-nr.-10-Dick-Zandee.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2015.